2 DE OUTUBRO

TODOS E TODAS NAS RUAS

Nathalie Nascimento

focus BRASIL

Fundação Perseu Abramo 28 de Setembro de 2021 Nº 29

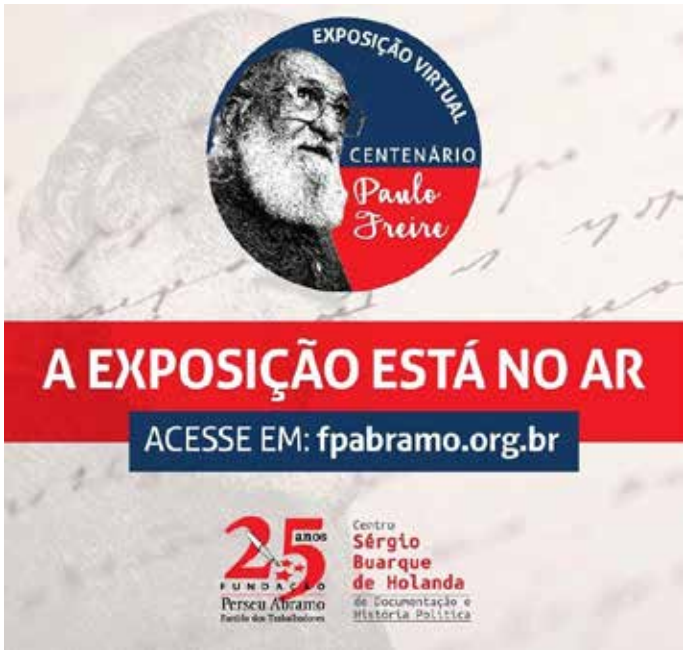
NESTA EDIÇÃO

Como o PT salvou a economia brasileira

Auxílio Brasil vai cortar benefícios sociais para o povo

Entrevista com João Manuel Cardoso de Mello

Os 70 anos do inigualável Luiz Melodia



focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo
Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice
Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.
Produção: Oficina da Notícia
Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto
Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento, Pedro Camarão e Ricardo Stuckert

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante
Vice-presidenta: Vivian Farias
Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema
Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff
Presidente: Fernando Haddad
Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre, Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br
Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338
Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

SEM O POVO NA RUA, NADA MUDA NO BRASIL

Movimentos sociais e organizações sindicais, além dos partidos de oposição e os democratas, vão tomar as ruas em 2 de outubro para pedir o impeachment de Jair Bolsonaro

Página 13

Mídia Ninja

EDITORIAL. O vexame na ONU, a tragédia do país, mas o povo vai para rua
Página 4

ENTREVISTA. João Manuel Cardoso de Mello lamenta o retrocesso de 100 anos
Página 6

CENTRAIS. Entidades sindicais reforçam chamado às ruas dos trabalhadores
Página 16

VEXAME. Bolsonaro vai à ONU e vende mentiras como realizações no país
Página 17

CORRUPÇÃO. CPI abre investigação sobre papel do ministro da CGU
Página 18

PEC 32. Líder Bohn Gass critica proposta de reforma administrativa do Planalto
Página 19

FAKE NEWS. Bolsonaristas articulam esquema global de disparos em redes
Página 20

ELEIÇÕES. Lula consolida liderança e chance de ganhar no primeiro turno
Página 22

ORÇAMENTO. Proposta do governo congela recursos para a área social em 2022
Página 24

ECONOMIA. Por que o PT salvou o Brasil nos anos Lula e Dilma na Presidência
Página 26

TERRA. Líderes indígenas lutam em Brasília para denunciar ação do governo
Página 30

ENGODO. O Auxílio Brasil do governo vai cancelar 22 milhões de benefícios
Página 33

DESIGUALDADE. 'Bolsa Família' de Biden derruba em 41% a pobreza infantil
Página 35

MEMÓRIA. O Plano Cohen em 1937 e o impeachment de Collor de Mello em 1992
Páginas 38

CULTURA. Cantalice lembra do grande Luiz Melodia, que faria 70 anos em 2021
Página 40

ROCKABILLY. Os 40 anos do seminal disco de estreia da banda Stray Cats
Página 42

O VEXAME, A TRAGÉDIA E O POVO NAS RUAS

Aloizio Mercadante

Nunca antes na história deste país um presidente da República patrocinou um vexame internacional do tamanho que Bolsonaro foi capaz de desempenhar na abertura da Assembleia Geral da ONU. Único chefe de Estado não vacinado, Bolsonaro esteve em toda mídia internacional fazendo o país passar vergonha com seu negacionismo, despreparo e ignorância. Deixou, ainda, o seu mais recente (e quarto) ministro da Saúde com Covid-19, em um suntuoso quarto de hotel, depois de seus gestos obscenos e grosseria inimaginável.

A passagem do bolsonarismo pela ONU vai custar constrangimentos duradouros aos turistas brasileiros pelo mundo, às negociações internacionais e aos interesses do Estado brasileiro. Foi muito grave, mas o pior foi a realidade paralela, da desinformação programada e das mentiras orquestradas, que estão na essência deste governo. O Brasil descrito por Bolsonaro, tentando mostrar serviço ao sistema financeiro globalizado, é o lado mais obscuro e trágico desse episódio.

O negacionismo econômico e social não mencionou que a inflação dos últimos 12 meses está em 9,68%. A alta na gasolina foi de 41,33%, acompanhada pelo esquartejamento da Petrobrás e distribuição volumosa de dividendos para os acionistas internacionais. O custo da alimentação e bebidas subiu 13,94%, com aumento de 47,78% do

óleo de cozinha e 23,11% o dos ovos, que estavam tentando substituir a carne já desaparecida há algum tempo da mesa dos trabalhadores.

A foto emblemática dessa catástrofe é a fila do povo na porta de açougues para ter acesso a um pedaço de osso. E, ainda assim, para cozinhar na lenha, porque o gás de cozinha subiu 30,22%, para até R$ 130 e a energia elétrica mais 21,08%. Como diz o presidente na live dele, mas não no discurso: "Apaga a luz e sobe de escada".

O PIB no segundo trimestre ficou estagnado em -0,1%, puxado pela indústria de transformação que caiu -2,2%. A economia do país caiu para o 14º lugar do ranking internacional, quando estava disputando a 6ª posição nos governos do PT.

O que Bolsonaro não trata nas lives dele e no cercadinho é que 72,9% das famílias estão endividadas, sendo 25,6% com dívidas em atraso e 10,7% sem condições de pagar suas dívidas. E, mesmo assim, o Banco Central segue subindo 1% na taxa básica de juros, agravando o endividamento público, pressionado pela inflação que neste mês já é maior desde 1994 e complicando ainda mais a vulnerabilidade das famílias endividadas.

O discurso de Bolsonaro não teve uma única mensagem aos 14,4 milhões de desempregados, aos 5,6 milhões de desalentados e aos mais de 28 milhões de subutilizados. Bolsonaro não mencionou e nem deu qualquer esperança para os que foram jogados na extrema pobreza. Eram 4,8% e agora já são 12,8%, uma multidão que está nos centros das cidades ou perambulando pelas periferias das grandes metrópoles

O DISCURSO DE BOLSONARO NÃO TEVE UMA ÚNICA MENSAGEM AOS 14,4 MILHÕES DE DESEMPREGADOS OU AOS 5,6 MILHÕES DE DESALENTADOS

tentando alguma migalha para a sobrevivência diária. São 116 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar e que esperam o fim do auxílio emergencial, comprometido em 78,7% com a alimentação.

Bolsonaro teve o desplante de dizer que o combate ao desmatamento vai bem, em razão da redução em um mês específico, extremamente chuvoso na Amazônia, mas de grave seca no Centro-Oeste e no Sudeste. Na verdade, o desmatamento cresceu 47% ao longo de seu governo e envolveu a demissão do Ricardo Galvão do Inpe, o desmonte dos mecanismos de fiscalização do Ibama, o afastamento de delegados que combatiam a extração ilegal, além da tentativa de acabar com a Funai. Tudo isso no mesmo momento em que 200 cientistas lançam um Alerta Vermelho, mostrando que a Amazônia está atingindo um ponto de não-retorno.

O ex-capitão não falou que o governo dele acreditou que as chuvas iam melhorar e não poupou os reservatórios das usinas hidroelétricas. O negacionismo energético não acionou as termoelétricas de forma prudencial, também não apresentou medidas de incentivo a redução do consumo, apenas impôs um aumento de 52% com a bandeira vermelha no final de junho e 49,6% em agosto, com a bandeira de escassez hídrica. E segue negando que estamos caminhando para cortes seletivos de energia ou o risco de um apagão, sendo que uma contração de 10% na oferta de energia reduz em 1% o crescimento do PIB.

Acuado por todo esse cenário e pelo fiasco que foi o movimento golpista de 7 de Setembro, Bolsonaro agora declara que "a chance de um golpe é zero" e elogia as urnas eletrônicas. Acredite quem quiser, mas quem conhece Bolsonaro desde quando queria colocar bombas no quartel, sabe que ele nunca escondeu a vocação golpista e a defesa do autoritarismo, da ditadura e da tortura.

Para além da rede de fake news de Bolsonaro, há um Brasil sofrendo, empobrecido, desesperado e sem governo. Por isso, contra toda essa tragédia, uma ampla unidade de esquerda, que conta com a adesão de PT, PSOL, PCdoB, PSB, PDT, Rede, PV, Cidadania e Solidariedade, além de centrais sindicais e movimentos sociais, organiza uma imprescindível mobilização popular para 2 de Outubro. Enfrentar o desgoverno Bolsonaro nas ruas é a mais importante resposta para assegurarmos vacina no braço, comida no prato, emprego e renda. Impeachment já! •

"O BRASIL É UM PAÍS SEM FUTURO?"

Um dos fundadores da Unicamp, o professor de economia não se conforma com o atraso brasileiro e a agenda neoliberal que destrói o Estado e os direitos do povo. "Você olha hoje e o Brasil é um país de quinta categoria. Quer chamar de declínio, chame. Quer chamar de decadência, chame. Chame do que quiser...", reage, indignado

Bia Abramo e Pedro Camarão

João Manuel Cardoso de Mello tem grandes preocupações com o Brasil. Aos 79 anos, o professor, autor de "O Capitalismo Tardio", clássico da história econômica brasileira, e um dos fundadores da Unicamp afirma que estamos de volta no tempo mais de cem anos.

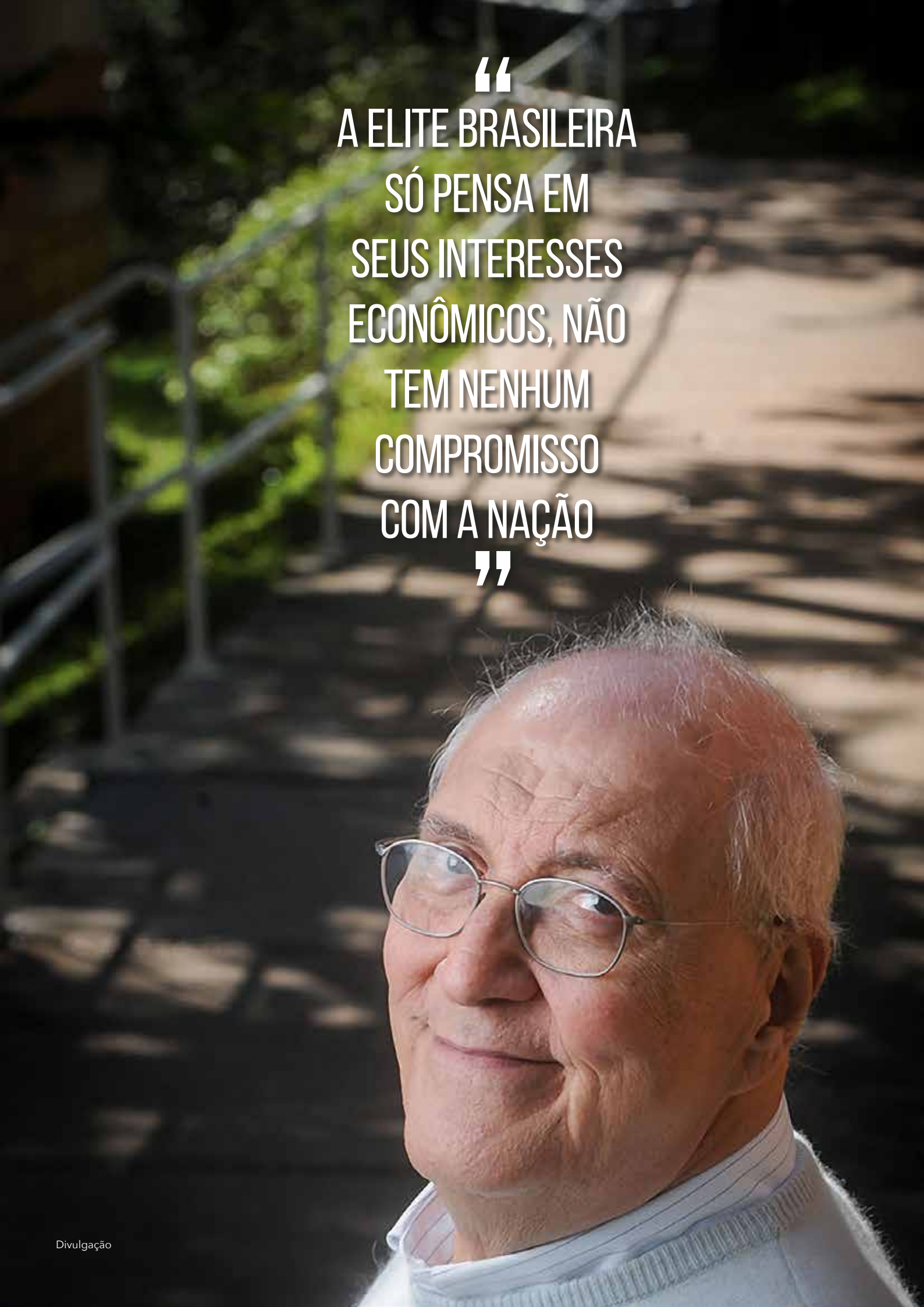
"Em 1920, o Brasil era um país horroroso, 80% da população no campo, um grau de analfabetismo – o Censo dá 60%, mas está errado porque, por exemplo, as mulheres não eram alfabetizadas... ", lembra. "As pessoas precisam entender que o nosso problema não é só o Bolsonaro. Claro, o Bolsonaro é um problema, mas as coisas são muito mais complicadas do que isso. O país foi destruído".

Para ele, os desafios na reconstrução do país são imensos e vão demorar muitos anos para recuperar o atraso. E dá sua receita para a reconstrução brasileira: "É preciso dinamizar o gasto social, os gastos de infraestrutura e reestruturar a indústria", aponta.

João Manuel é conhecido pelas análises argutas – e sempre francas. Para essa entrevista, recebeu a revista **Focus Brasil** em sua casa, em Campinas, com três calhamaços de xerox encadernados, correspondentes aos capítulos prontos de um trabalho que está sendo escrito em parceria com os professores Marilia Tunes Mazon e Davi Jose Nardy Antunes.

A ideia do trabalho é fazer uma fotografia da debacle econômica brasileira da década de 1980 para cá e uma análise das regressões sociais, políticas e culturais desse declínio. João Manuel, antes que fizéssemos qualquer pergunta, já começou já dando uma resposta.

João Manuel Cardoso de Mello – Eu gostaria de primeiro dizer sobre o que eu quero falar. Nesses últimos anos, essa ofensiva neoliberal massacrante fixou um campo de discussão falso, que não nos interessa. Nós temos que deslocar o eixo da discussão, certo? Não quero saber se a Bolsa vai subir ou baixas, se a Selic vai subir ou baixar. Não é esse o meu problema. O meu problema é saber o que aconteceu no Brasil nos últimos 100 anos e reintroduzir temas como desenvolvimento, planejamento, desigualdade, justiça social, cidadania, espaço público etc. É isso. Não quero falar sobre o


“A ELITE BRASILEIRA SÓ PENSA EM SEUS INTERESSES ECONÔMICOS, NÃO TEM NENHUM COMPROMISSO COM A NAÇÃO”

Divulgação

que falam os funcionários do dinheiro.

Focus Brasil – Nós também não queremos.

– O grande problema é que isso foi tão brutal que muita gente de esquerda caiu dentro do alçapão que eles montaram. Eu tomo 1920 como marco. Em 1920, o Brasil era um país horroroso, 80% da população no campo, um grau de analfabetismo – o Censo dá 60%, mas está errado porque, por exemplo, as mulheres não eram alfabetizadas... Nós exportávamos café e mais nada, tínhamos uma indústria de bens de consumo leve: tecido, bebida. E se você olha o mundo, o atraso cultural brasileiro é uma coisa louca. Eu me refiro às artes. Não tinha nada. Estávamos a quilômetros dos países desenvolvidos.

– O que tinha nos países desenvolvidos?

– Por exemplo, na indústria tinha petróleo, eletricidade, motor à combustão interna que produz carro e avião, a indústria de bens de consumo eletrônicos, aço. Então, o atraso era terrível, assim como era na literatura, na música, na pintura... Quando você corta e vai para 1970, 1980, o Brasil está a um passo de ser um país industrializado. Em um espaço de 50 anos, o Brasil consegue construir uma economia industrial. É o caso de maior êxito do desenvolvimento no século 20 até aquele momento. Nós crescíamos a taxas superiores às do Japão, por exemplo.

O padrão tecnológico ficou mais ou menos estável. Nós fomos copiando tudo. Quando, em meados dos anos 1970, começa a aparecer a coisa da tecnologia da informação e da comunicação, as pessoas diziam que nós estávamos muito atrasados – e não estávamos no que diz respeito ao domínio tecnológico. Estávamos muito bem-posicionados e com uma oposição terrível dos americanos.

De repente, você olha hoje e o Brasil é um país de quinta categoria. Quer chamar de declínio, chame. Quer chamar de decadência, chame. Chame do que quiser. Por isso que as pessoas precisam entender que o nosso problema não é só o Bolsonaro. Claro, o Bolsonaro é um problema, mas as coisas são muito mais complicadas do que isso. O país foi destruído.

EM 1920, SE VOCÊ OLHA O MUNDO, O ATRASO CULTURAL BRASILEIRO É UMA COISA LOUCA. EU ME REFIRO ÀS ARTES. AQUI NÃO TINHA NADA

– Como começou essa destruição?

– Começou com a crise da dívida e quem começou a crise da dívida foram os militares. Primeiro erro. Os militares não eram contra a industrialização. Quando eles assumiram o poder em 1964 – tem uma discussão idiota se era civil-militar, mas não existe nenhum regime só militar no mundo. Eles eram a favor da industrialização, já desde o tenentismo. O tenentismo, na década de 1920, tinha gente de esquerda como [Luiz Carlos] Prestes, Siqueira Campos etc., mas você tinha o tenentismo de direita que era o de Juarez Távora, que era elitista.

Os militares, em 1964, eram industrializadores e elitistas: o "Brasil, grande potência". É importante frisar que essa não era a nossa ideia, que ia no sentido de criar uma civilização nos trópicos. Esse era o nosso projeto: uma civilização democrática nos trópicos e é exatamente isso que foi abortado em 1964. Eles avançaram a industrialização e, evidentemente, tinham horror a povo. Horror. Tem uma carta do Juarez ao Prestes que diz isso já na década de 1930 – "esse povo não pode se pronunciar, são ignorantes". "O povo tem que ser dirigido por uma elite", isso é o que era a cabeça deles.

Como a coisa começou a desandar? A economia foi reestruturada toda pelo Roberto Campos que preparou e o Delfim Neto deslanchou o crescimento. Deu no chamado "milagre brasileiro". Chegou em 1973, no mundo tem a crise do petróleo e aqui no Brasil, em 1974, tem a votação estrondosa do MDB na eleição. Eu me lembro que eu estava na casa do dr. Ulysses [Guimarães] para ver os resultados eleitorais e a gente arregalava o olho porque ninguém esperava aquilo. Por exemplo, o [Orestes] Quércia, do MDB, ganhar do candidato da Arena, Carvalho Pinto [eleição para o Senado]. Foi uma avalanche. Diante da crise do petróleo – lembrem-se, o Brasil não produzia petróleo naquele tempo, importávamos 85% do que consumíamos – o

preço do petróleo disparou. Eles [os militares] tinham levado uma lambada eleitoral e começa uma discussão dentro do governo Geisel – "vamos ajustar a economia?". Precisava encolher, a maioria do mundo encolheu. E eles não encolheram porque achavam que se encolhessem seriam postos para fora. Resolveram então manter o crescimento a qualquer custo. Para isso, era necessário tomar dinheiro emprestado lá fora, tomar os "petrodólares" que eram reciclados pelo sistema financeiro europeu, por bancos americanos na Europa. Aí teve a crise da dívida.

Nós estávamos na oposição, no MDB do dr. Ulysses, e a nossa posição era pela renegociação da dívida ou moratória e eles o que fizeram? Fizeram um ajuste recessivo. O Delfim fez duas desvalorizações do câmbio, em 1979 e em 1981, para mudar os preços relativos, isto é, para ficar mais lucrativo exportar do que vender aqui.

– Lembro do slogan de TV: "exportar é o que importa".

– Sim. Quem fez essa besteira de tomar dinheiro dos "petrodólares", achando que a taxa de juros iria ficar estável, foi o Mário Henrique Simonsen e o Fernão Bracher. Eles achavam que a taxa de juros iria ficar mais ou menos estável. Os títulos eram tomados pela taxa de juros de Londres (Libor). Mas aí em 1979, o Paul Volcker [ex-presidente do FED] resolveu reafirmar a supremacia do dólar e desvalorizou o dólar uma barbaridade. Acabou. Os EUA resolveram reimpor a hegemonia monetária deles que estava sendo ameaçada pelos japoneses e isso danou com tudo aqui. Veio a crise da dívida. Na década de 1980, a elite – isso é muito importante – a elite abandonou a Nação e o povo. Nós ficamos falando sozinhos. "Elite" que eu estou falando é, especialmente, econômica. Coloca entre aspas porque eles são em geral semi-letrados. É a década perdida. Se você olhar a taxa de crescimento dessa década, ela não é ruim. É até razoável, mas esse não era o problema. O problema foi que o país parou.

Eu me lembro de uma discussão horrível que tive na Fiesp. Eu disse: "a indústria brasileira vai acabar". Isso era evidente se você conhecesse o que estava acontecendo lá fora. Se tem um negócio andando lá fora e você tá parado, você está perdido. Qualquer pessoa de bom senso sabe disso. A indústria lá fora estava se transformando, era a terceira revolução industrial das tecnologias de informação e comunicação. E você está parado, ficou para trás já na década de 1980.

O RENTISMO HOJE É O PROBLEMA DO PAÍS. SE ALGUÉM QUISER GOVERNAR AQUI E NÃO QUISER ENFRENTAR ESSE PROBLEMA, É MELHOR NEM SER CANDIDATO

– Por que a elite econômica brasileira é subserviente ao mercado internacional?

– Ela só pensa em seus interesses econômicos, não tem nenhum compromisso com a Nação. No entanto, antes é preciso entender que na década de 1980 já vai surgindo o rentismo – e eu vou esclarecer o que é o rentismo. O rentismo é você tirar uma renda de qualquer ativo. Por exemplo, você tinha uma superinflação e se você tivesse saldos de caixa, você ganhava mais do que gastava. Quem estivesse nessa situação se saía bem. O povão, não. O povão se danou. Aí montou-se o rentismo. O crescimento dos bancos que já vinha lá desde o Delfim e então os bancos foram ficando gigantes.

Esse foi o primeiro passo para o rentismo, que hoje é o problema do país. Se alguém quiser governar aqui e não quiser enfrentar esse problema, é melhor nem ser candidato. Aí – estou fazendo uma exposição rápida para que seja possível entender o conjunto – vem o Fernando Henrique [Cardoso]. O FHC destrói o país, simplesmente. Ele cumpre o Consenso de Washington que tem dez pontos. Ele cumpriu os dez pontos e acrescentou um décimo-primeiro. A coisa dele era destruir a era Vargas, isto é, destruir os mecanismos que permitiram a industrialização. Ele destruiu tudo. Destruiu a indústria.

No final do governo dele, a indústria praticamente não valia mais nada porque era uma "casca", como ela é hoje. Setores inteiros sumiram como eletroeletrônica, por exemplo, e outros ficaram uma casca, como por exemplo, o automobilístico que tem um componente importado brutal. O nosso atraso industrial hoje talvez seja maior do que o de 1920.

Uma das coisas que mais me

impressiona no Brasil é a ignorância das pessoas que deveriam saber sobre o que acontece no mundo. Veja, nós não falamos na China. Onde estava a China em 1980? Estava ferrada. Era um horror a China. Tem um livro de um chinês que compara o Brasil com a China. No começo dos anos 1990 houve uma discussão na China – havia uma corrente neoliberal lá – e o Deng Xiaoping falou: "Não senhor. Nós vamos fazer uma reestruturação industrial". Tocou para fora todos os neoliberais. Pronto. Olha a diferença. Aqui vem esse cínico desse Fernando Henrique. E ele agora diz o seguinte: "Eu abri a economia e o Brasil não aproveitou". O presidente era ele!!! Olha se é possível isso. Ele ficou bravo comigo porque numa das raríssimas entrevistas que eu dei, eu disse que ele entrou pensando que era Juscelino [Kubitschek] e saiu como um general Dutra. Ele destruiu a era Vargas, isto é, a industrialização brasileira. Ele disse que iria destruir e destruiu. Aliás, deve-se dizer que o único estadista que passou por aqui chama-se Getúlio Vargas.

– Por que o Vargas precisou impor uma ditadura?

– Você acha que derruba uma dominação cafeeira que estava fundada em comissários, bancos, a alta classe média e os banqueiros internacionais, como? Assoprando, batendo nas costas, com democracia no Brasil?

– Voltando à linha do tempo. O senhor estava falando sobre o período de FHC, e depois?

– Vem o "boom" da China, o Lula monta no "boom" da China e faz um governo socialmente avançado, especialmente, com relação ao salário-mínimo que foi muito mais importante do que o Bolsa Família. O Bolsa Família é importante também, quem conhece o Nordeste como eu conheço sabe da importância desse programa. Lula fez uma política externa excelente com Celso Amorim, que é um craque, uma pessoa pela qual eu tenho o maior respeito. Ele segurou a agricultura porque o FHC arrebentou a agricultura ao abaixar as tarifas. Então, ele segurou tudo, mas não fez política de desenvolvimento.

ONDE ESTAVA A CHINA EM 1980? ESTAVA FERRADA. ERA UM HORROR A CHINA. HAVIA UMA CORRENTE NEOLIBERAL E O DENG XIAOPING TOCOU PARA FORA

– E o senhor acha que o Lula poderia ter enfrentado os bancos?

– Um cara que tem 87% de aprovação, pode. Disseram ingenuamente que o Lula conseguiu favorecer os ricos e os pobres. É uma bobagem. Como diz o Olavo Setúbal, "o Lula foi o melhor presidente para os banqueiros". O Lula é um gênio, mas ele não conhece a elite brasileira. Ele foi enganado. Eles falam, "você é formidável" e o Lula achou que por estarem ganhando dinheiro eles iriam gostar dele. Quando se começou a montar o MDB, o dr. Ulysses me ensinou: "Você vai se meter aqui no MDB, aprenda uma coisa, tem a nossa turma e a turma deles". O Lula não é da turma deles. O Lula pode encher eles de dinheiro e vão continuar dizendo que ele tem nove dedos, que ele é analfabeto e que ele é perigoso. Sem dúvida. O Lula não é um deles. Outro dia, encontrei um cara bem rico que me disse que entre Lula e Bolsonaro, ele vota no Bolsonaro outra vez. Nessa altura, é uma barbaridade dizer uma coisa dessa. Mesmo que ele estivesse mentindo, ele poderia dizer que votaria em branco.

– E o Paulo Guedes, o que você acha dele?

– Você sabe o apelido dele? É Beato Salú, da novela do Dias Gomes. O Beato Salú é débil mental. A economia brasileira foi deixada na mão dos banqueiros. Veja a Globonews, durante muito tempo eles só falaram mal do Bolsonaro. Do Paulo Guedes, nada. Era o cara do mercado financeiro. Agora, por que ficaram nervosos? Porque é um imbecil. Agora, quem colocou o apelido de Beato Salú, fomos nós? Não. Foram os amigos dele.

– E a Dilma, ela tenta enfrentar esse sistema?

– Não. O Joaquim Levy foi um completo desastre no governo Dilma. Ele vai entrar para a história, como o cara que deu um choque de preço, um choque de câmbio, um choque de tudo. A Dilma foi minha aluna, foi minha amiga, mas eu avisei. Eu disse que a popularidade dela iria cair bruscamente. Nesse regime presidencialista corrupto que o Brasil tem, se o presi-

dente não tem popularidade, ele não vale nada. É óbvio. No segundo mandato ela afundou tudo de uma vez só. Aí você diz que "teve um golpe", mas contra quem foi o golpe? Contra o Lula. Porque eles queriam tirar o Lula da eleição. Porque se o Lula fosse candidato em 2018, ele iria ganhar a eleição.

– Mas por trás desse golpe estavam os interesses dessa mesma elite de sempre?

– Havia. Não há dúvida nenhuma. E era para eliminar o Lula.

– Você acha que a democracia brasileira está em risco nesse momento?

– Não. Não, porque não se dá golpe sem a conivência dos americanos e dos ricos, e também não se dá golpe porque o Bolsonaro está com a "barra suja" no Exército.

– E o que aconteceu no dia 7 de Setembro?

– Isso foi uma porcaria. Não teve significação nenhuma para mim. Nós só não fazemos uma manifestação grande por causa da pandemia. Você vai ver, quando chegar em janeiro, se melhorar um pouco a vacinação, vão 1 ou 2 milhões de pessoas para a rua. Pode anotar aí. Mas vocês estão me fazendo sair da minha preocupação. Estou raciocinando a longo prazo, não estou pensando em eleição. Eu só estou avisando que a situação do país é de tal monta que isso vai levar gerações para que se consiga colocar tudo de pé novamente. Esse é o meu ponto.

São ingênuas as pessoas que acham que vão trocar o presidente da República e o Brasil vai consertar. Isso é uma bobagem. Outro dia o Fernando Haddad falou bem, ele disse que precisa reestruturar o país. Agora, a reestruturação do país não é coisa de quatro anos. É preciso que as pessoas tenham consciência de que a coisa é feia, mas que existe uma janela.

– Nessa perspectiva de longo prazo, esse governo que aí está, junto com o que foi o de Temer...

– [interrompe] Isso é o ápice da podridão. Há um livro que eu gosto muito, que explica muitas coisas, da Hannah Arendt, chamado "As Origens do Totalitarismo". Está entre os dois ou três melhores livros sobre o nazismo que eu li. Ela usa uma categoria que se chama ralé. Ralé não diz respeito à classe, diz respeito aos ressentidos, aos que odeiam dentro de cada classe. Ela diz que o nazismo foi uma obra da ralé. E a ralé está em todas as classes: no empresariado, no agronegócio, na classe média e mesmo entre os pobres.

VOCÊ SABE QUAL É O APELIDO DO MINISTRO PAULO GUEDES? É BEATO SALÚ, DA NOVELA DO DIAS GOMES. O BEATO SALÚ É UM COMPLETO IMBECIL

– É o Véio da Havan.

– [Ri]. Porque em parte, o país tem uma parte podre. Certo?

– Que sempre estará ressentida.

– É. Por exemplo, esse sujeito que era PM e virou dono da maior empresa de segurança do Brasil [Washington Umberto Cinel, fundador do Gocil Serviços de Vigilância e Segurança] . Ele quer ser ouvido por que ele acha que, por ser rico, deve ser ouvido. Se o Roberto Setúbal, que também é rico, é ouvido, por que ele, Cinel, não participa das decisões? É o Véio da Havan, mas não é só ele. É o outro da Riachuelo e vai por aí adiante. Por quê? Porque o comércio varejista é como era na República Velha, o comércio se cola na economia primária exportadora. Ele se descola da indústria que já não puxa o país. O comércio varejista está colado na regressão econômica. Então, ele é importador.

Quem manda no país são as finanças. Se você não quebrar isso, você não governa. Pode desistir.

– Qual é o papel do Lula daqui para frente?

– Acho que ele tem que ter clareza sobre os grandes problemas, o poder das finanças e o teto de gastos. Isso demanda, claro, uma reforma tributária e uma reforma financeira.

– E o que mais deveria ser feito?

– Dinamizar o gasto social, os gastos de infraestrutura e reestruturar a indústria.

– Em suma qual o seu ponto de vista?

– Se nada for feito caminhamos para uma estagnação secular, isto é, mais outras décadas de um país parado, com consequências sociais mais terríveis do que vemos hoje.

CONSELHEIRO Ao lado de Ullysses Guimarães, no velho MDB, aprendeu cedo que não se pode confiar nas elites

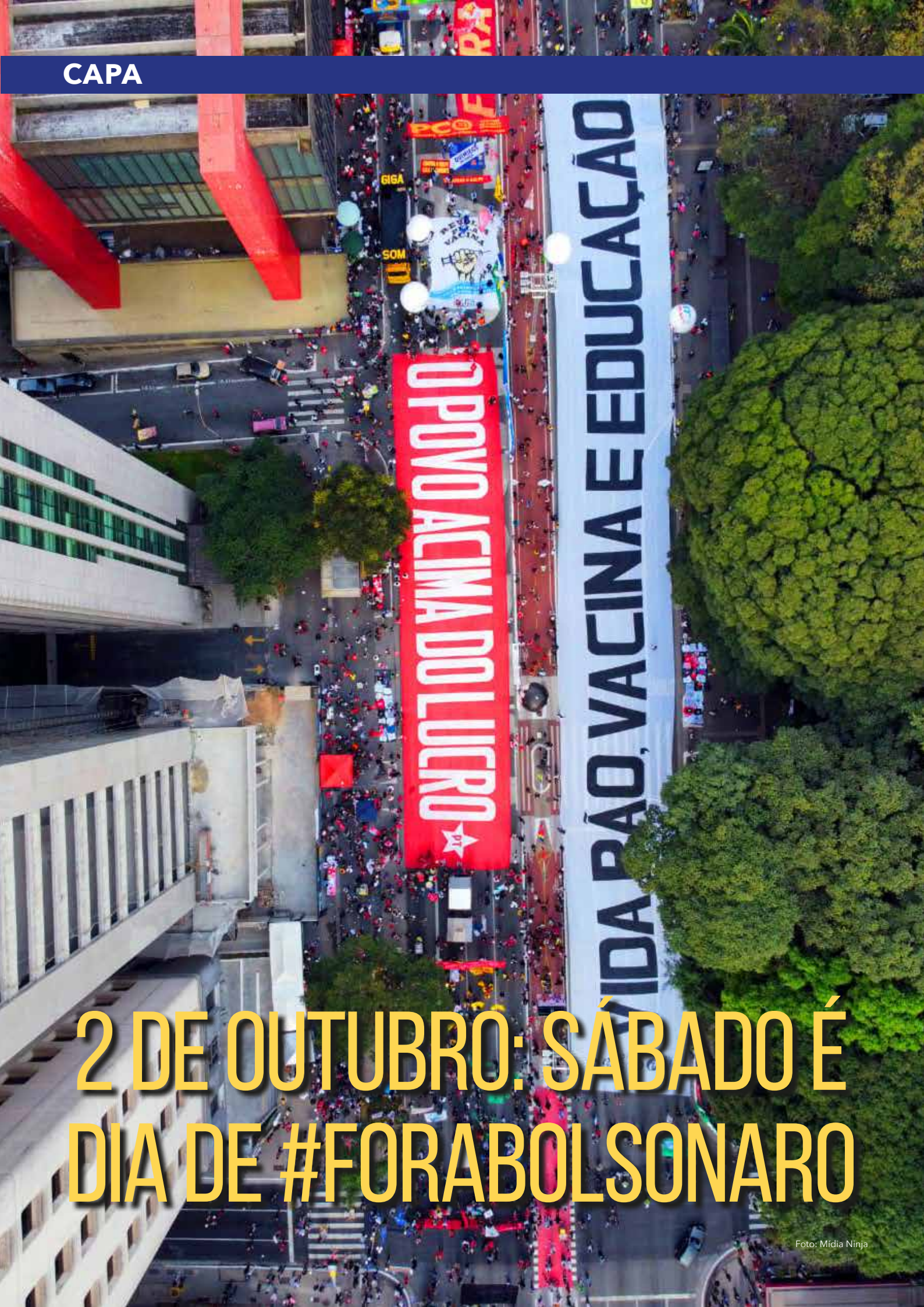
– O senhor não falou sobre o cenário internacional. Queria ouvir a sua perspectiva sobre o Plano Biden.

– Na minha opinião, ele pega um país em decadência do ponto de vista produtivo. Os Estados Unidos têm armas e a moeda, mas perderam completamente a precedência produtiva que se deslocou para o Leste da Ásia definitivamente. E isso é um perigo para eles porque a China hoje talvez esteja uma década à frente deles com relação às tecnologias de ponta. Então, o inimigo deles é a China.

A política externa dos EUA é tão ruim que eles conseguiram aproximar a Rússia e a China, que sempre foram inimigos seculares. Essa aproximação resultou em um acordo militar China-Rússia. Os chineses não tinham foguetes de longa distância. Voltando ao Plano Biden, os EUA são decadentes. O Biden mudou completamente a orientação interna. Ele está agora brigando para acabar com o teto de gastos e a presidente do FED disse que se não tirar o teto, o país vai para uma recessão cavalar.

Eles vão acabar tirando porque ele quer fazer um programa de infraestrutura de US$ 3 trilhões. Agora, como enfrentarão a questão da tecnologia e das indústrias é o problema. O [Donald] Trump disse que chamaria de volta as indústrias americanas, quantas foram? Nenhuma. Claro, estão diante de um mercado de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, iriam para um mercado que está minguando, que não tem perspectiva? Por quê? Cristopher Lasch, o grande historiador americano, no último livro dele que chama "A Traição das Elites" disse o seguinte: as elites abandonaram o povo norte americano. •

DR. ULYSSES ME ENSINOU: "VOCÊ VAI SE METER AQUI NO MDB, APRENDA UMA COISA, TEM A NOSSA TURMA E A TURMA DELES". O LULA NÃO É DA TURMA DELES



2 DE OUTUBRO: SÁBADO É DIA DE #FORABOLSONARO

Foto: Mídia Ninja

Ricardo Stuckert

Sindicatos, movimentos sociais do campo e da cidade, juventude, mulheres, artistas e quem mais vier pela democracia e pela vida digna. Todos contra o governo genocida

Isaías Dalle

No sábado, 2 de Outubro, é dia de sair às ruas para protestar contra o presidente Jair Bolsonaro e seu governo de exclusão, mentiras, empobrecimento, desmonte do Estado e das políticas de proteção social. O povo não aguenta mais as decisões criminosas que causaram a morte de quase 600 mil brasileiros e transformaram a pandemia da Covid-19 em um pesadelo para 20 milhões de pessoas, com o Palácio do Planalto mantendo uma política de desprezo permanente à democracia e ao povo.

Motivos não faltam. As mobilizações de 2 de Outubro serão também uma oportunidade de demonstração de força popular e unidade democrática, em contraste com os atos autoritários e de apologia ao golpe de 7 de Setembro e as manifestações esvaziadas de 12 de setembro, convocadas por bolsonaristas arrependidos de última hora que, no entanto, surfaram no golpe e não abandonam seu pensamento antipopular.

Partidos políticos de esquerda e de centro têm mantido articulações para garantir ampla participação, a despeito de diferenças

ideológicas e programáticas. Em setembro, anunciaram unidade o PT, PCdoB, PSol, PDT, PSB, PV, Rede, Cidadania e Solidariedade. Uma das grandes expectativas é saber se o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai participar.

Setores dos movimentos organizados da sociedade civil que vão participar dos atos Fora Bolsonaro, que acontecerão em diversas cidades brasileiras e também em outros países, defendem o impeachment do presidente. A CUT, por exemplo, tem divulgado a ideia de que não dá mais para esperar até o ano que vem para retirar Bolsonaro do Palácio do Planalto.

"Com o país mergulhado em uma crise sem precedentes, provocada pela incompetência e ações equivocadas e autoritárias do presidente e seus ministros inúteis, a única saída para o Brasil é o #ForaBolsonaro", aponta o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre.

Sindicatos de todo o país, de diversas categorias e organizações filiadas também a outras centrais estão mobilizados. Categorias que vêm realizando manifestações por pautas específicas querem trazer para as ruas o espírito combativo. É o caso dos servidores públicos, que no último dia 22 estiveram mobilizados no Congresso Nacional, pressionando os parlamentares contra a reforma administrativa apresentada pela equipe econômica.

A Coalizão Negra por Direitos, que congrega mais de 200 entidades e coletivos do movimento negro antirracista, adotou a mesma ênfase pela saída imediata de Bolsonaro. Aliás, a Coalizão, assim como a CUT, protocolou pedido de impeachment há mais de um ano.

Com as palavras de ordem "Nem Bala, nem Fome, nem Covid, o Povo Negro quer Viver", adotadas desde antes das robustas

Gustavo Marinho

CONTRA A CARESTIA Organizações populares criticam a política econômica

manifestações conjuntas, iniciadas em maio, a Coalizão quer a saída de Bolsonaro. "Enquanto ele estiver no governo, a precarização da vida e as mortes, em todas as dimensões, vai continuar", denuncia Douglas Belchior, um dos líderes da organização.

"É preciso dar um grito muito grande: 'Basta. Fora Bolsonaro', por tudo o que está acontecendo em nosso país", afirma Kelli Mafort, da coordenação nacional do MST, que está convocando sua militância às ruas. "São 14 milhões de desempregados, 20 milhões de pessoas passando fome. A vida está muito cara: ninguém aguenta pagar conta de energia e o preço dos alimentos está nas alturas. Além disso, estamos batendo na casa dos 600 mil mortos numa pandemia que não acabou", denuncia.

DOUGLAS BELCHIOR: "ENQUANTO ELE ESTIVER NO GOVERNO, A PRECARIZAÇÃO DA VIDA E AS MORTES, EM TODAS AS DIMENSÕES, VAI CONTINUAR"

O MST quer participar dos atos nas capitais, e está organizando plenárias com seus assentados e acampados para encaminhar também atos em municípios menores.

Uma das expectativas dos movimentos que estão organizando os atos é que a proximidade de divulgação do relatório final da CPI da Covid, com revelações de mais crimes na condução da pandemia, gere mais engajamento popular, ampliando a participação das pessoas nas manifestações.

Artistas também prometem participar. O ator Paulo Betti estará novamente nas manifestações junto com outros. "Eu irei sim. É muito importante a tomada das ruas. Os

artistas do Rio de Janeiro estão se articulando e vão comparecer", anuncia.

Nos atos anteriores convocados pelas frentes de esquerda, a juventude tem sido importante para que manifestações ocorressem em cidades de menor porte e mais distantes dos polos regionais, segundo relato de Ligia Toneto, militante da JPT.

Ela diz que isso vai se repetir. "Além da defesa da democracia, a juventude do PT tem focado sua participação na defesa do mercado de trabalho, contra a precarização", conta. A síntese dessa pauta da JPT tem sido estampada numa faixa em que se lê: "O Povo Acima do Lucro".

As mulheres também prometem forte participação, renovando o protagonismo demonstrado em 2018 nas gigantescas mobilizações do #EleNão, como as que ocorreram em 29 de Setembro daquele ano. Por sinal, um sábado.

Aquela escolha ajudou a produzir uma mudança no calendário de manifestações nacionais de rua, que anteriormente priorizavam os dias úteis, numa tradição enraizada no movimento sindical, e hoje abre-se aos finais de semana.

Outra mudança percebida por quem costuma participar dessas mobilizações convocada pelas forças de esquerda é o deslocamento dos outrora onipresentes e centralizadores caminhões de som, que hoje dividem espaço com uma diversidade de pequenos palcos e tendas onde grupos compartilham suas afinidades ao longo das avenidas e nas praças. Talvez isso explique também mais uma novidade: os longos discursos ao microfone deram lugar a falas de, em média, 3 a 4 minutos. •

CENTRAIS: LIBERTAR O BRASIL DO PRESIDENTE CRIMINOSO

A CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, CSP-Conlutas, Intersindical e Pública, de forma unitária, convocam toda a classe trabalhadora aos atos Fora Bolsonaro, no dia 02 de outubro, em todos os Estados do Brasil, e também em outros países.

Vamos ocupar as ruas em protesto contra o caos que representa, ao país, ter o mitômano Jair Bolsonaro na Presidência da República: desemprego recorde, fome, carestia, inflação, corrupção, retirada de direitos, desmonte dos serviços públicos e das estatais, ataques à democracia, à soberania e às liberdades, atropelo da ciência e desprezo à vida.

Cada dia a mais que Bolsonaro acorda como presidente da República, o Brasil afunda, perde e se perde do mundo, mantendo-se como pária atado à espiral de crises (sanitária, política, econômica, institucional e diplomática) geradas pela incompetência e projeto pessoal de poder de Bolsonaro e da sua inépta equipe de governo.

Em um país com 212 milhões de habitantes, cuja maioria, segundo todas as pesquisas, rejeita e desaprova Bolsonaro, é urgente que o Congresso Nacional atenda o clamor popular e acate a abertura de processo de impeachment para que Bolsonaro seja afastado e seus crimes apurados e julgados. Já são mais de 130 pedidos engavetados na presidência da Câmara dos Deputados, enquanto o país afunda no lodo presidencial.

A voz das ruas tem que ser ouvida, e nós seremos essas vozes no 2 de outubro e em todas as datas que vierem, até que Bolsonaro seja afastado para ser julgado pelos crimes que cometeu e comete diariamente contra os brasileiros, até que ele responda pelo genocídio que tirou as vidas de quase 600 mil pessoas na pandemia de Covid-19, pelo desemprego que atinge 100 milhões e pelo desalento que causa miséria e fome.

As Centrais Sindicais ocuparão as ruas no 2 de outubro ao lado das mais de 80 entidades representadas pelas Frentes Brasil Popular, Povo Sem Medo, Frente Nacional Fora Bolsonaro e partidos politicos. Estão convocando aos atos todos os entes e sindicatos de base, em todo o país, para protestar nas ruas, nas praças, além de assembleiais e panfletagens nos locais de trabalho e terminais de transporte público. Com segurança e respeito aos protocolos sanitários, uso de máscara e de álcool em gel.

Das ruas não nos retiraremos até libertar o Brasil desse presidente criminoso. •

Brasil, 23 de setembro de 2021

***Sérgio Nobre**, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)*
***Miguel Torres**, presidente da Força Sindical*
***Ricardo Patah**, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)*
***Adilson Araújo**, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)*
***José Reginaldo Inácio**, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)*
***Antônio Neto**, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)*
***Atenágoras Lopes**, Secretaria Executiva Nacional – CSP-Conlutas*
***Edson Carneiro Índio**, secretário-geral da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora*
***Emanuel Melato**, Coordenação da Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora*
***José Gozze**, presidente da Pública Central do Servidor*

VEXAME NAS NAÇÕES UNIDAS

Diante do mundo, Bolsonaro mente e mostra um Brasil que não existe, ofendendo o povo e os quase 600 mil mortos que perderam a vida na pandemia pela omissão criminosa do seu governo

Eduardo Muñoz/Reuters

JAIR, O PEQUENO O presidente faz o país sentir vergonha ao subir na tribuna da ONU e mentir despudoradamente

O Brasil é visto como um pária na comunidade internacional e está excluído das principais debates dos líderes globais nos fóruns diplomáticos. A liderança patética de Jair Bolsonaro foi exposta – mais uma vez – em discurso na reunião da Assembleia Geral da ONU, na terça, 21, onde mais uma vez espalhou mentiras, ignorou a realidade brasileira de desigualdade, morte e miséria. "Venho aqui mostrar o Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões", disse o presidente, logo no início do seu pronunciamento, deixando claro que apresentaria um país que não existe.

No Brasil de mentira mostrado por Bolsonaro, o governo respeita e protege o meio ambiente e os povos indígenas; combate a pandemia de forma adequada; dá auxílio emergencial digno ao povo; não sofre com a fome nem com o desemprego; e conta com uma administração isenta de corrupção, que respeita a democracia e tem credibilidade no exterior. Esse país exibido por Bolsonaro, de fato, é muito diferente… da realidade. Nunca o Brasil foi tão mal visto no exterior.

Ciente da preocupação internacional a respeito da preservação da Amazônia, Bolsonaro dedicou boa parte de seu bovino pronunciamento ao tema. Após repetir a promessa vazia de alcançar a neutralidade climática em 2050 – compromisso assumido em abril sem a apresentação de nenhuma medida concreta –, pinçou um único dado de desmatamento: "Na Amazônia, tivemos uma redução de 32% do desmatamento no mês de agosto, quando comparado a agosto do ano anterior". Seria cômico se não fosse tão trágico. Ele escondeu que os dois primeiros anos de seu governo registram os piores índices de desmatamentos dos últimos 12 anos.

O presidente adotou a mesma estratégia quando abordou a pandemia. Citou a distribuição de 260 milhões de doses distribuídas até o momento. Só deixou de lado a adoção da estratégia da imunidade de rebanho, que levou quase 600 mil à morte até agora, e a recusa em comprar vacinas oferecidas no ano passado. Em um momento de sinceridade, voltou a defender o uso de remédios sem comprovação científica, envergonhando o Brasil diante da comunidade internacional. Aqui, contudo, deixou de mencionar como fez o papel de garoto-propaganda para que aliados ganhassem muito dinheiro vendendo o tal do "kit covid".

Bolsonaro ainda teve a pachorra de somar o valor dos auxílios emergenciais para dizer que forneceu um benefício de US$ 800, omitindo que as parcelas só começaram com R$ 600 porque o Congresso o obrigou. E escondeu que, depois, os benefícios foram suspensos e retomados em um valor de R$ 300, com diminuição também no número de beneficiários (de 68 milhões para 39 milhões). Também não contou que o pagamento encerra em outubro. • **Agência PT**

Alessandro Dantas

INVESTIGADO É a primeira vez que o ministro-chefe da Controladoria Geral da União deixa de investigar corrupção para ser alvo de apurações

CGU DEU COBERTURA A IRREGULARIDADES

Na CPI, Wagner do Rosário é acusado de fazer vista grossa sobre a Precisa Medicamentos, que tentou fraudar contratos no Ministério da Saúde. Após ofensa a senadora, passou à condição de investigado

Convocado à CPI da Covid após o depoimento do lobista Marconny de Faria, na semana passada, o ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Wagner Rosário, teve dificuldades para explicar sua omissão no caso da Precisa Medicamentos, investigada por tentativa de fraude na venda da vacina Covaxin ao Ministério da Saúde. Ele foi acusado de prevaricação porque a CGU tinha informações sobre a atuação do lobista em esquemas de corrupção.

Arrogante, grosseiro e desrespeitoso com os senadores, Wagner Rosário tripudiou sobre sua função no serviço público para atuar como um advogado do governo Bolsonaro. O ministro negou superfaturamento de preço na venda da Covaxin ao Ministério da Saúde. A pasta suspendeu um contrato de compra de 20 milhões de doses da vacina por R$ 1,6 bilhão após a CPI denunciar o esquema. Ele mentiu ao justificar a inexistência de sobrepreço simplesmente porque não houve pagamento da compra do imunizante. A Covaxin foi a vacina mais cara oferecida ao governo, US$ 17 por dose.

"Fizemos contato com a própria empresa, a Bharat Biotech na Índia, fizemos verificações no site da própria empresa", argumentou. Do ponto de vista técnico, a justificativa de verificação em site foi considerada uma afronta pelos senadores. "Vejam o quanto isso é ridículo. Teria sido melhor que a CGU se abstivesse de opinar", condenou o relator Renan Calheiros (MDB-AL).

Em relação às investigações sobre Faria, envolvido na elaboração de um passo a passo para fraudar um contrato de compra de testes rápidos de detecção da Covid-19, Rosário saiu-se com essa: "Até 8 de julho de 2021, a CGU sequer possuía autorização para utilizar informações sobre Marconny Albernaz e Roberto Dias", desconversou, referindo-se também ao ex-diretor de Logística da Saúde, envolvido na falcatrua das vacinas superfaturadas.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) exibiu um vídeo de Rosário onde o ministro apresentou dados inverídicos sobre análise técnica das notas fiscais, as invoices da Precisa Medicamentos, usadas para aplicar o golpe no Ministério da Saúde. Para Tebet, a exposição apenas comprovou a omissão do ministro, que na interpretação da senadora, inverteu o papel técnico da CGU para acobertar irregularidades no governo.

Rosário ofendeu a senadora ao dizer que ela estava "descontrolada" e deu início a um tumulto na sessão. Após suspensão dos trabalhos, Renan anunciou que Rosário passou à condição de investigado. Ao fim do depoimento, Tebet confirmou a atuação seletiva do ministro, agindo previamente para fiscalizar contrato com a fabricante da Pfizer, mas fazendo vista grossa para o da Covaxin, a preferida de Bolsonaro.

"Está comprovado, pelas próprias palavras do corregedor-geral da União, que havia um pacto no Ministério da Saúde, em 2020 e 2021. Tudo que fosse [sobre] aquisição de insumos e vacinas, a CGU seria acionada preliminarmente como órgão de fiscalização e controle. Ele comprovou que com a Pfizer foi assim, mas não com a Covaxin", declarou Tebet.

"A CGU fez o dever de casa quando foi acionada mas ele, [Rosário] como ministro, não. Ele resolveu passar pano, deixar sua função para fazer uma defesa intransigente e equivocada do Ministério da Saúde e do governo federal", disse. • **Agência PT**

A PEC 32 É UM "RACHADÃO"

A proposta não é mudança para corrigir ou melhorar a administração dos serviços públicos oferecidos à população. Mas uma tentativa solerte de, reduzindo direitos, conceder poderes imperiais aos governantes

Paulo Rocha

A reforma administrativa do governo Bolsonaro, que ganha forma na Proposta de Emenda Constitucional 32 (PEC 32), é mais uma bomba de alto poder destrutivo que os ultraliberais lançam contra o Estado brasileiro e, por definição, contra o povo brasileiro.

Se aprovada, a PEC 32 enfraquecerá o poder de atuação dos governos municipais, estaduais e federal na oferta de serviços essenciais para a vida da população. Além disso, reduzirá de forma dramática a autonomia dos servidores públicos, desestimulará a busca por funcionários capacitados e, por consequência, provocará a redução da oferta dos serviços públicos, comprometendo, de forma definitiva, a qualidade.

Não bastasse tudo isso, as mudanças que a PEC 32 propõe para a contratação de servidores nas três esferas abriria caminho para a livre nomeação de até 1 milhão de servidores sem concurso público – terreno fértil para a corrupção como a praticada pela família Bolsonaro, que já embolsou pelo menos R$ 30 milhões com a apropriação de salários de assessores pagos com dinheiro público – que se convencionou chamar de "rachadinha". Daí que não há demasia em chamar a reforma bolsonarista de "PEC do Rachadão".

Como já aconteceu com as outras reformas que os governos pós-golpe – de Bolsonaro e de seu conselheiro Temer – implementaram no país, também a administrativa busca reduzir direitos da cidadania. Lembremos: 1) depois da reforma da previdência, o trabalhador brasileiro dificilmente consegue se aposentar e, se o faz, passa ganhar um salário miserável no final da vida; 2) dos mais de cem artigos modificados da CLT na reforma trabalhista, nenhum beneficiou o empregado.

De fato, o que se viu após os governos do PT foi um ataque sistemático e cruel a tudo o que beneficia as camadas não endinheiradas do país. É fato: desde que Lula e Dilma deixaram a Presidência, o povo brasileiro só perdeu.

A PEC ABRE O CAMINHO PARA A LIVRE NOMEAÇÃO DE ATÉ 1 MILHÃO DE SERVIDORES SEM CONCURSO PÚBLICO NAS TRÊS ESFERAS DE PODER DA REPÚBLICA

A reforma administrativa proposta não foge à regra. Apresenta-se como modernizante quando, na verdade, desregula tudo e concentra poder, de forma não republicana, nas mãos dos governantes. Faz sentido, pois, que tenha sido apresentada por alguém como Bolsonaro, um absolutista arcaico, que se julga proprietário do Estado e não reconhece a República, onde quem manda é o povo.

Mais: a reforma parte da premissa de que há muitas distorções no serviço público sem, contudo, atacá-las de fato. Ou alguém discorda que a maior distorção do serviço público está nos altíssimos salários de magistrados, promotores, militares?

Ou alguém discorda que a portaria de Bolsonaro, editada em maio, autorizando pagamentos acima do teto constitucional (e que beneficiou o próprio Bolsonaro e generais como Braga Neto e Luiz Eduardo Ramos) só faz aumentar esta distorção? Pois, a PEC 32 sequer tem a coragem administrativa de rever qualquer um desses privilégios.

A PEC 32 não é uma proposta de mudança que corrija ou melhore a administração dos serviços públicos oferecidos a toda a população, mas uma tentativa solerte de, reduzindo direitos, conceder poderes imperiais aos governantes para que possam dispor da máquina estatal como moeda de troca para seus negócios e interesses próprios, sejam eles pessoais ou econômicos.

Na verdade trata-se de uma gigantesca negociata. Mais uma, do governo Bolsonaro. •

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara.

GURU DA MENTIRA
O deputado Eduardo Bolsonaro e Steve Bannon, ex-consultor de Donald Trump, preso e processado nos EUA por fraudes e crimes na internet

Reprodução/Twitter

DEMOCRACIA AMEAÇADA

O bolsonarismo se prepara para operar uma nova rede de fake news em 2022. Além de tentar impedir a remoção de conteúdos mentirosos da internet, milícias digitais começam a organizar rede internacional de disparo de mentiras. O que dizem as instituições?

Danilo Molina

Fake news faz parte da nossa vida. Quem nunca contou uma mentirinha para a sua namorada?". Com esse tipo de declaração, o presidente Jair Bolsonaro tenta naturalizar e minimizar um dos maiores desafios das democracias modernas: o combate às campanhas de desinformação e à disseminação em massa de notícias falsas. Essa estratégia, que corrompe o processo democrático, vem sendo amplamente utilizada pela extrema direita mundial para moldar comportamentos e cooptar eleitores, tendo como casos emblemáticos a primeira campanha eleitoral de Donald Trump, nos Estados Unidos, e o Brexit, que retirou o Reino Unido da União Europeia.

No Brasil, em um cenário de derretimento do apoio popular ao seu governo, Bolsonaro tenta pavimentar uma solução que permita repetir, nas próximas eleições, o método de massificação das fake news, fundamental para sua vitória em 2018. De acordo com o último levantamento DataFolha, 53% dos brasileiros consideram o governo ruim ou péssimo. É o pior índice do seu mandato. A popularidade de Bolsonaro também desabou com a divulgação da "carta de rendição", resposta ao enorme fiasco que foram os atos golpistas do 7 de Setembro, convocados pelo próprio presidente.

Derrotado pelo Senado, que devolveu ao Palácio do Planalto uma medida provisória que impedia as plataformas de redes sociais de removerem conteúdos e contas que divulgam fake news, Bolsonaro enviou ao Congresso nova proposta nos mesmos moldes. A iniciativa é vista como uma resposta do governo aos avanços das investigações do inquérito das fake news, sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, no Supremo Tribunal Federal, e uma tentativa de blindar a rede bolsonarista de divulgação de fake news e ataques antidemocráticos e de ódio.

Moraes tem autorizado operações da Polícia Federal para investigar o financiamento de atos contra a democracia que atingem bolsonaristas, como Alan dos Santos, do Terça Livre, e chegou a incluir o próprio Bolsonaro como

investigado no inquérito das fake news. Outro duro golpe contra a rede de mentiras do presidente foi a decisão do corregedor-geral eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luis Felipe Salomão, determinando o bloqueio de repasses de dinheiro de redes para canais investigados por propagação de informações falsas sobre as eleições brasileiras.

Outra frente de atuação dos bolsonaristas para a construção de uma rede de desinformação na internet com vistas às eleições de 2022 envolve uma articulação internacional da extrema direita para fugir do escopo de atuação do TSE e do STF.

Essa rede global é liderada por Steve Bannon, ex-estrategista de Donald Trump, envolvido no escândalo da Cambridge Analytica, empresa norte-americana que fechou as portas em 2018, após ser acusada de obter, de forma ilegal, informações pessoais de milhões de usuários do Facebook.

Bannon, que já foi preso nos EUA após ser denunciado por fraude em uma campanha de doações na internet, mantem relações com Olavo de Carvalho, guru da ala ideológica do governo Bolsonaro. Também tem relações com os filhos do presidente, especialmente o deputado federal Eduardo Bolsonaro, e dá aconselhamento à família desde as últimas eleições presidenciais.

Recentemente, Bannon se alinhou a Bolsonaro na crítica ao sistema eleitoral brasileiro, especialmente à lisura das urnas eletrônicas. E declarou, na contramão de todas as pesquisas eleitorais, que o líder extremista brasileiro venceria o pleito de 2022 – "a menos que seja roubado". Bannon foi quem classificou Lula como o "esquerdista mais perigoso do planeta".

A relação mais próxima de Bannon e bolsonarismo parece ser por meio do deputado. São diversas as fotos de ambos na internet. O filho ZeroTrês de Bolsonaro é embaixador, na América do Sul, de uma aliança internacional da extrema direita idealizada pelo guru estadunidense.

Outro ator importante na construção dessa rede mundial de disseminação de fake news da extrema direita é Jason Miller, aliado de Bannon e que igualmente foi assessor de Trump. Ele é criador de uma nova rede social chamada Gettr, que conta com 2 milhões de seguidores no planeta, sendo cerca de 280 mil no Brasil, inclusive o ex-chanceler Ernesto Araújo, a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), o blogueiro Allan dos Santos e o ministro das Comunicações, Fábio Faria, além dos filhos do presidente e o próprio Bolsonaro.

BOLSONARISTAS ARTICULAM UMA REDE GLOBAL DA EXTREMA DIREITA PARA INTERFERIR NAS ELEIÇÕES DE 2022 E BURLAR A FISCALIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO

A Gettr foi criada por causa do banimento de Trump do Twitter, do Facebook e do Youtube, após a invasão ao Capitólio, no início deste ano. A plataforma promete "lutar contra a cultura do cancelamento" e "defender a liberdade de expressão", além de "desafiar" o monopólio das big techs.

Miller esteve no Brasil em reunião com Eduardo, nas vésperas dos atos antidemocráticos promovidos pelo presidente em 7 de Setembro. Antes de deixar o país, teve que prestar depoimento à Polícia Federal sobre milícias digitais por ordem do ministro Alexandre de Moraes.

De acordo com denúncia dos jornalistas Jamil Chade e Lucas Valença, do UOL, representantes brasileiros já procuraram empresas norte-americanas para auxiliar na campanha de Bolsonaro em 2022 com a prestação de serviços de disparo de mensagens direcionadas em larga escala.

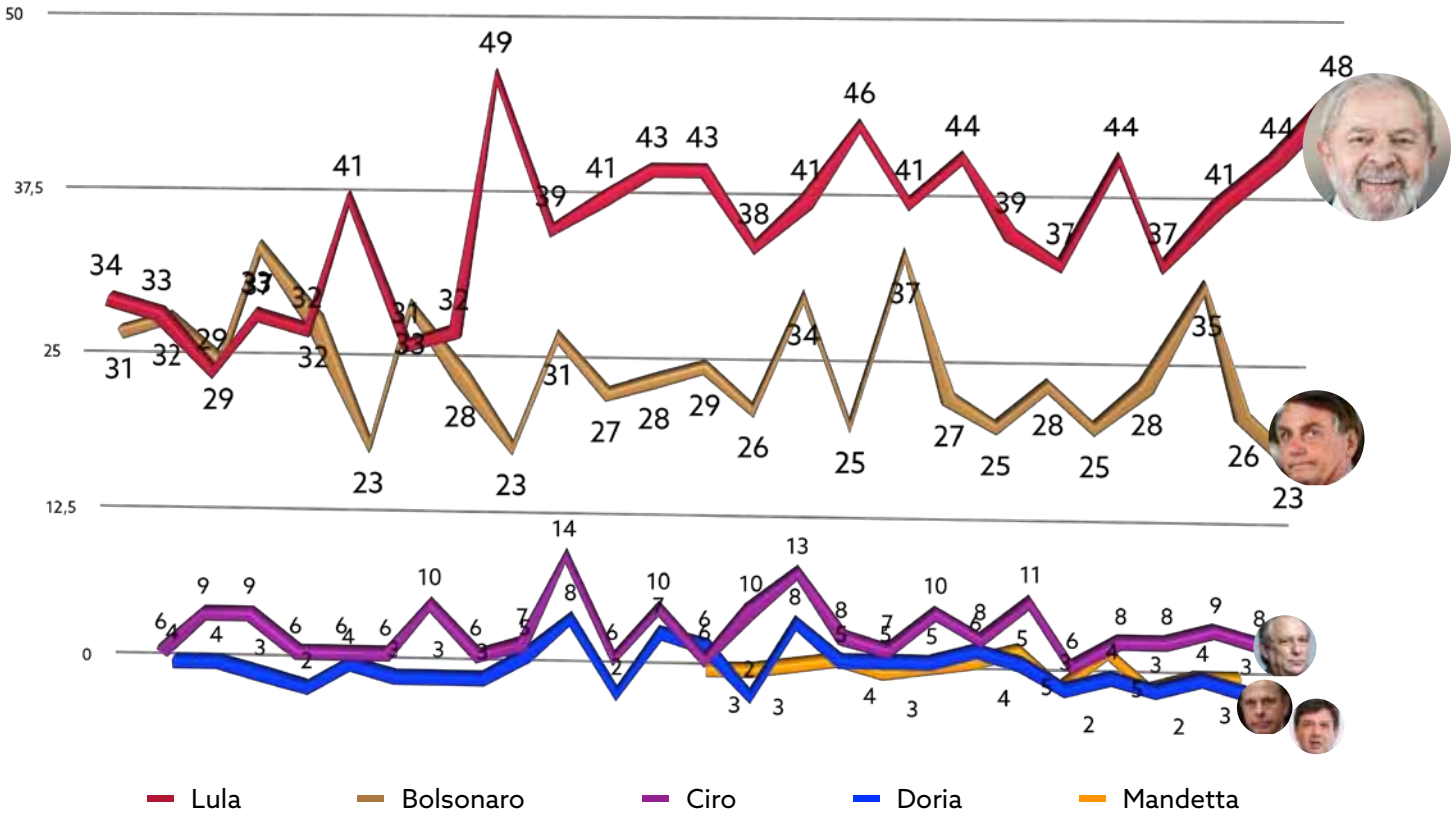
Segundo a reportagem, a terceirização desse serviço por uma empresa no exterior pretende dificultar "o controle de órgãos do Estado contra os chamados 'avatares', ou robôs difusores de notícias falsas ou retiradas de contexto e tempo".

A matéria do UOL explica que o esquema de difusão de fake news funcionaria a partir da produção de "farms", a reunião de milhares de avatares, com IPs mascarados, passando a impressão de que as mensagens estariam sendo disparadas ou publicadas no Brasil. Na verdade, esses robôs estariam sendo operados fora do país, o que não permitiria às autoridades brasileiras fiscalizarem a fraude.

Por isso, o grande desafio da democracia brasileira no que diz respeito à regulação da mídia e das plataformas para as eleições de 2022 é o combate às fake news e às campanhas de desinformação.

O tema ganha mais relevância quando o país está diante de um presidente que difunde fake news no plenário das Nações Unidas e responde a quatro ações por abusos econômicos e uso indevido de redes sociais junto ao TSE, processos ainda não julgados. A regulação do tema é fundamental para a realização de eleições limpas e seguras no Brasil em 2022. •

Evolução no primeiro turno



Elaboração: Noppe/Fundação Perseu Abramo

A BOCA DO JACARÉ ABRIU

A última pesquisa do Ipec mostra Lula consolidado na disputa presidencial e a possibilidade real de vencer no primeiro turno. Já Bolsonaro tem sua rejeição ampliada. Datafolha diz que 50% acreditam que o presidente pode tentar um golpe

Matheus Tancredo Toledo e Juliana Nascimento

A última pesquisa do instituto Ipec, antigo Ibope, confirma tendências que o Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, apontou nos últimos artigos para a Focus Brasil: o governo Bolsonaro é cada vez mais reprovado pela população e o ex-presidente Lula tem larga vantagem nos cenários de intenção de voto para 2022. Neste artigo, analisamos a mais recente pesquisa do Ipec, além de novos dados divulgados pelo Datafolha.

Segundo o Ipec, em pesquisa realizada entre 16 e 20 de setembro, Lula (PT) lidera os cenários de primeiro turno. No mais reduzido, o ex-presidente chega a 48% das intenções totais de voto, uma vantagem de 25 pontos percentuais sobre Bolsonaro (sem partido), que alcança 23%. Em sequência aparece Ciro Gomes (PDT), com 8%, enquanto João Doria Junior (PSDB) e Luiz Henrique Mandetta (DEM) pontuam com 3%, cada.

No cenário ampliado, Lula lidera com 45%, seguido por Bolsonaro (22%), Ciro (6%), Sergio Moro (sem partido, 5%), Datena (PSL, 3%) e Doria (2%). Outros candidatos mencionados aparecem com 1% ou menos dos votos, entre eles Luiz Henrique Mandetta (DEM), Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Simone Tebet (MDB-MS).

O Ipec é mais um instituto a

confirmar a possibilidade de vitória de Lula em primeiro turno, se as eleições fossem hoje. No cenário reduzido, teria cerca de 56% dos votos válidos; e no cenário ampliado, 52%. O Ipec não divulgou, até o fechamento deste artigo, as simulações de segundo turno.

De acordo com o levantamento do Ipec, o governo Bolsonaro é reprovado por 53% dos brasileiros e aprovado por 22% – enquanto 23% o consideram como regular. O instituto confirma a pesquisa Datafolha, divulgada na semana passada, e reforça a tendência de aumento da reprovação à administração de Bolsonaro. Segundo o levantamento, 69% não confiam em Bolsonaro e 68% desaprovam a maneira dele governar o Brasil.

O aumento da reprovação pode ser explicado com dados que o Datafolha vem divulgando nos últimos dias: uma alta parcela da população brasileira segue pessimista com os rumos econômicos do Brasil, especialmente quando o assunto é emprego, renda e a inflação, o grande terror dos brasileiros.

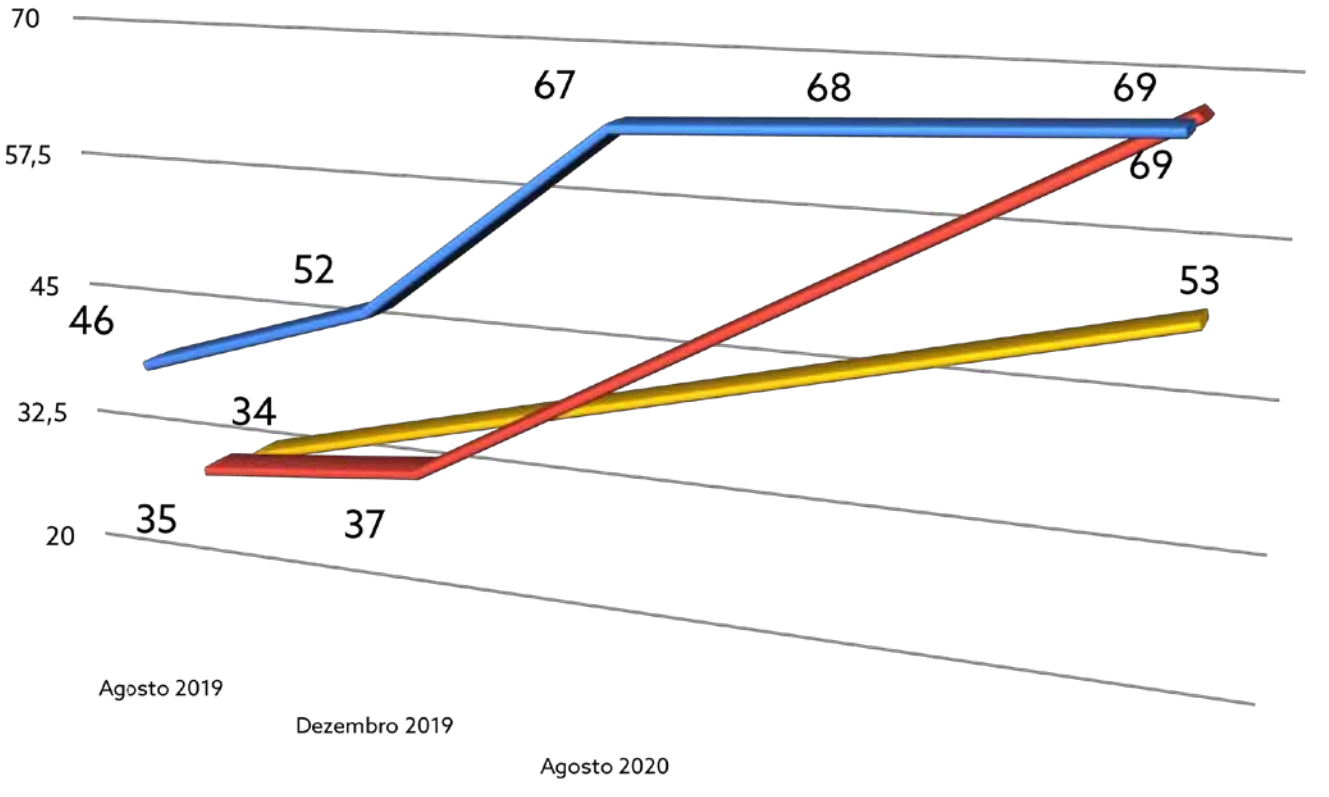
A expectativa de que a inflação aumentará nos próximos meses é de 69%, se mantendo estável se comparado a julho: 68%. Quanto aos sentimentos de que o desemprego aumentará, os dados do Datafolha se mantiveram estáveis em 54% contra 18% dos que acreditam que o desemprego diminuirá.

Em relação ao poder de compra dos salários, houve aumento em relação à pesquisa anterior de 5 pontos percentuais de 35% para 40% sobre as expectativas de que o poder de compra diminuirá nos próximos meses.

O nível de expectativa de que aumentará a corrupção no governo Bolsonaro cresceu em 5 pontos percentuais, se comparado à última pesquisa realizada em julho, de 56% para 61%. Já o nível de confiança no governo caiu de 13% para 11%.

Para 50% dos entrevistados, Bolsonaro pode tentar dar um golpe. De acordo com o instituto, 51% dos brasileiros temem um regime ditatorial, e 70% apoiam a democracia. Temendo pela democracia, pela economia e pela própria situação, os brasileiros rejeitam cada vez mais Bolsonaro. •

A percepção sobre a economia | Datafolha



Elaboração: Noppe/Fundação Perseu Abramo

O ORÇAMENTO DE 2022 E O PROJETO AUTORITÁRIO

A ortodoxia brasileira segue presa a dogmas, mesmo diante do impacto da austeridade sobre os gastos capazes de induzir a retomada da economia nacional.Para o próximo ano, os investimentos correspondem a 0,4% do PIB

Bruno Moretti

A proposta orçamentária do governo federal traz previsão inicial de redução das despesas primárias de 18,9% do PIB em 2021 para 17,5% do PIB em 2022. A meta de resultado primário do governo central é de déficit de 0,5% do PIB, inferior ao estimado para 2021 (1,8% do PIB). A contração fiscal se dá em meio à necessidade de recuperação da economia.

Embora o projeto de lei do orçamento preveja crescimento real da arrecadação, não é possível convertê-lo em ampliação de gastos primários, já que a regra do teto trava a despesa no limite de 2021, atualizado pela inflação.

Diversos países estão revisando seu arcabouço fiscal. O Plano Biden prevê despesas vultosas para a recuperação conjuntural e mudanças estruturais na economia americana, articuladas a medidas tributárias. A presidente da Comissão Europeia já se manifestou sobre a revisão das regras fiscais, de modo que o bloco europeu não repetirá a política de austeridade adotada após a crise financeira de 2008.

Economistas do FMI defenderam o papel do investimento público na recuperação da economia, estimando elevado efeito multiplicador para gastos com infraestrutura tradicional, P&D e energia limpa. No entanto, a ortodoxia brasileira segue presa a dogmas, mesmo diante do impacto da austeridade sobre gastos capazes de induzir a retomada da economia. Os investimentos, mesmo computando valores relativos a emendas parlamentares impositivas, não deverão ultrapassar 0,4% do PIB em 2022, correspondendo a 1/3 dos valores aplicados em 2014.

Gastos sociais também são fortemente afetados pela EC 95. Para os anos de 2018, 2019 e 2022 (excetuando os anos de 2020 e 2021, quando houve ampliação de despesas emergenciais não computadas no teto), o orçamento de saúde ficou R$ 42,6 bilhões abaixo da regra de mínimo obrigatório anterior à EC 95, equivalente a 15% da RCL. Para 2022, a diferença é de R$ 25 bilhões, podendo comprometer a vacinação contra a Covid, cujo orçamento passou de R$ 27 bilhões (2021) para R$ 3,9 bilhões (2022).

O INPC deve fechar 2021 acima de 8%. Como o projeto de orçamento foi elaborado a partir de um INPC estimado de 6,2%, as dotações para benefícios da seguridade deverão ser reajustadas, afetando outros gastos.

Desde 2019, quando foram autorizadas despesas extra teto de R$ 55 bilhões, sabe-se que a rigidez do arcabouço fiscal levaria a artifícios para contornar o teto de gastos. Em 2020, com a pandemia, as regras fiscais foram suspensas, não contabilizando no teto os recursos extraordinários. Para 2021, sem um novo decreto de calamidade, utilizou-se interpretação duvidosa para viabilizar despesas emergenciais, dada a ausência do requisito constitucional da imprevisibilidade da pandemia.

ORÇAMENTO É O RETRATO DO GOVERNO ATUAL, COMBINANDO A DESCONSTRUÇÃO DO ESTADO E A CAPTURA DOS FUNDOS PELO FISIOLOGISMO

Para 2022, o governo pretende atrasar pagamentos de precatórios, abrindo artificialmente espaço no teto para acomodar diversos gastos, relacionados, particularmente, a interesses eleitorais e a demandas de sua base parlamentar (emendas de relator, em torno de R$ 20 bilhões).

O FMI recomendou ao Brasil a adoção de cláusulas de escape ao teto, evitando a discricionaridade no manejo do regime fiscal. A posição é uma espécie de sintoma do quadro atual, marcado pela rigidez do arcabouço fiscal e pelo descumprimento do teto, paradoxalmente, defendido pelo próprio governo como âncora fiscal para gerar confiança entre os agentes econômicos.

O orçamento de 2022 é o retrato do governo atual, combinando o objetivo de desconstrução das instituições estatais e a captura dos fundos públicos pelo fisiologismo. De um lado, uma política fiscal anacrônica e ultraliberal, que comprime gastos estratégicos, retirando capacidade do Estado responder aos desafios atuais. De outro, a flexibilização seletiva da política fiscal, viabilizando gastos voltados a interesses eleitorais e clientelistas, indexados a um projeto político francamente autoritário. •

Economista pela UFF, é mestre em economia pela UFRJ, doutor e pós-doutor em sociologia pela UnB. É assessor da Liderança do PT no Senado Federal

Ricardo Stuckert

POR QUE O PT SALVOU O BRASIL

Este é o primeiro de uma série de artigos organizada para desconstruir, com fatos, a narrativa mentirosa segundo a qual a política econômica do PT teria "quebrado o Brasil". É o contrário. Foi a legenda, sob a liderança de Lula e Dilma, que salvou a Nação

Eduardo Fagnani * e Guilherme Mello **

Argumenta-se que este enredo é parte de armadilha e movimento mais amplos – orquestrados por representantes do poder econômico e seus economistas, por setores conservadores da mídia e do parlamento – dedicados a criminalizar politicamente o PT, a trabalhar para dar aparência justificável ao golpe jurídico, midiático e parlamen-

FOLHA DE S.PAULO

São Paulo, sexta-feira, 3 de fevereiro de 1999

Compromissos revistos incluem juros altos, mais cortes e novas privatizações; FHC diz que governo vai "apertar o cinto"

FMI e Malan anunciam mais aperto

PIB cairá 4% no 1º semestre, prevê o Ipea

Para economistas, "Brasil caminha para a inadimplência"

"País precisa de US$ 40 bi do FMI", dizem analistas

Reprodução

A ERA TUCANA Entre 1999 (acima) e 2002 (destaque, abaixo), o Brasil estava quebrado e o FMI era quem ditava a política econômica no governo FHC

tar que interrompeu, sem crime de responsabilidade, o mandato da presidenta Dilma Rousseff; e para condenar de forma arbitrária e ilegal o ex-presidente Lula. Tudo para impedi-lo de participar das eleições presidenciais de 2018.

A realidade, largamente demostrada por indicadores sociais e econômicos, é outra. O Brasil estava quebrado, isso sim, quando Lula assumiu o governo em 2003. Quebrou por efeito da agenda neoliberal implantada nos anos de 1990. Posteriormente, depois de a oposição ter apostado suas fichas no Golpe de 2016 e na instabilidade política, os governos Temer e Bolsonaro radicalizaram a agenda neoliberal e mergulharam o país na mais grave crise socioeconômica e sanitária da história. Assim, é claro que as promessas e narrativas dos que apoiaram a farsa do impeachment não se cumpriram.

O BRASIL QUEBROU EM 2002

Quando Lula assumiu em 2003, o país estava de joelhos diante do FMI, quase sem reservas cambiais e incapaz de honrar os compromissos externos. As reservas cambiais somavam apenas US$ 16,3 bilhões. A dívida externa bruta era de 42% do PIB e a dívida externa líquida atingia 37% do PIB. Em 2002, a inflação chegou a 12% ao ano, e o chamado Risco Brasil atingiu níveis elevados (1.445 pontos). Com juros básicos superiores a 40% ao ano em alguns períodos, a dívida pública líquida dobrou entre 1995 (30% do PB) e 2002 (60% do PIB), o que motivou a elevação da carga de impostos (de 25% para 34% do PIB, em igual período).

O ajuste fiscal ortodoxo e as reformas liberalizantes geraram recessão e crise social. A taxa de crescimento do PIB foi de 2,5% ao ano, em média, entre 1995 e 2002. A renda per capita e a mobilidade social estagnaram; o desemprego atingiu 12,6% em 2002. Ainda houve forte destruição de postos de trabalho formais – cuja participação relativa despencou de 59% para 45%, na década de 1990. E a desigualdade da renda manteve-se elevada.

QUANDO LULA ASSUMIU EM 2003, AS RESERVAS CAMBIAIS SOMAVAM US$ 16,3 BILHÕES. E A DÍVIDA EXTERNA ERA DE 42% DO PIB

O PT SALVOU O BRASIL

Os governos de Lula e Dilma tiraram o país da tutela do FMI e acumularam reservas que, ao final de 2015, somavam U$$ 360 bilhões. Com isso, o Brasil nunca mais quebrou, nunca mais teve de voltar ao FMI nem de mendigar dólares em

Reprodução

O GLOBO

ECONOMIA

G-20

"O Brasil tem hoje uma situação privilegiada, pois não precisa de recursos do Fundo e pode aumentar seu cacife político"

Do Brasil para o FMI: US$ 10 bi

Empréstimo do país indicaria pretensões do governo Lula de aumentar poder no Fundo

DE ONDE VIRÁ O DINHEIRO

O que foi comprometido até agora para o FMI

US$ 100 bilhões

US$ 100 bilhões

Expectativa de doações

Brasil US$ 10 bilhões

China US$ 40 bilhões

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

Turquia está na fila

PARTICIPAÇÃO

MAIORES COTISTAS DO FMI

PARTICIPAÇÕES DO BRASIL

Jul 20, 2016, 11:19am EDT

Brazil's Political Left Ousted The IMF, But New Leadership May Need It Back

Kenneth Rapoza Senior Contributor

Markets

I write about global business and investing in emerging markets.

Former President Luiz Inacio Lula da Silva during protest against interim President Michel Temer... [+]

A DÍVIDA PÚBLICA LÍQUIDA CAIU QUASE PELA METADE ENTRE 2002 (60% DO PIB) E 2013 (33% DO PIB). E O PAÍS PASSOU A SER CREDOR DO FMI COM LULA

outras fontes. Em 2015, a dívida externa bruta representava 18,6% do PIB (em 2002, chegara a 41,6% do PIB). E a dívida externa líquida – dívida bruta menos reservas –, que era de 37% do PIB, em 2002, passou a ser negativa a partir de 2007 – -2,5% do PIB em 2015.

Ou seja, o Brasil passou a ser credor em moedas estrangeiras, fato inédito na história econômica nacional. A inflação baixou, de 12,5%, em 2002, para um patamar inferior ou próximo de 6% ao ano a partir de 2005 – exceto em 2015 – e o Risco Brasil atingiu 328 pontos em 2016 – mais de quatro vezes menor que o verificado em 2002. A dívida pública líquida caiu quase pela metade entre 2002 (60% do PIB) e 2013 (33% do PIB), subindo, ligeiramente, em 2015 (37,9 do PIB).

Nessa quadra, o Brasil voltou a crescer e a redistribuir os frutos deste crescimento. Entre 2002 e 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) passou de R$ 5,3 trilhões para R$ 7,7 trilhões. E o PIB per capita, de R$ 29,6 mil para R$ 37,7 mil.

O crescimento teve impactos positivos na expansão do consumo das famílias, nas vendas no varejo, na formação bruta de capital fixo e na taxa de investimento público e privado. Em 2002, o Brasil ocupava a 13ª posição no ranking global de economias medido pelo PIB em dólar (dados do Banco Mundial e FMI). Em 2011, chegou a ser a 6ª maior economia do mundo. E, em 2008, o país ganhou o selo de "grau de investimento" das agências de classificação de risco.

A melhoria dos indicadores sociais é outro fato inconteste. Foram gerados mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada. A taxa de desemprego (4,5%) apontava para o pleno emprego em 2014. Entre 2003 e 2015, a valorização real do salário-mínimo foi de 74,2%. A taxa de informalidade do mercado de trabalho e a desigualdade da renda do trabalho caíram significativamente.

E mais de 30 milhões de pessoas saíram da pobreza. Esses foram alguns dos efeitos de o Estado brasileiro ter adotado uma série de políticas públicas e sociais voltadas para distribuir renda, garantir direitos e fazer inclusão social.

O DESASTRE VEIO COM TEMER E BOLSONARO

Atualmente, o Brasil atravessa a maior crise socioeconômica da sua história. Já fracassaram espetacularmente todas as muito alardeadas 'certezas' de que o afastamento sem crime de responsabilidade, de uma presidenta eleita democraticamente, geraria nos investidores algum 'choque de confiança', do qual havia quem esperasse que, milagrosamente, recuperasse a economia.

Com o golpe, a agenda neoliberal foi retomada, e hoje só se vê avanço no desmonte do Estado de bem-estar social, na destruição dos instrumentos do Estado desenvolvimentista e nas mais

ensandecidas ameaças contra o Estado Democrático de Direito.

O Brasil só não foi à bancarrota porque pôde recorrer aos mais US$ 360 bilhões de reservas externas deixadas pelo Partido dos Trabalhadores. São essas reservas que mantêm – ainda – o país em posição credora em moedas internacionais, a despeito da deterioração ocorrida nos últimos anos.

A dívida pública líquida, que havia caído para 33,8% do PIB em 2013, atingiu 67% do PIB, em 2020, patamar superior ao de 2002 – 60% do PIB. A inflação projetada para 2021 é a quinta maior do mundo, e devora o poder de compra das camadas pobres. Entre julho de 2020 e 2021, o gás de cozinha subiu 29,44% – quase o triplo do crescimento do INPC. E o óleo de soja teve 83,79% de aumento, por exemplo. O litro da gasolina chegou a R$ 7, e as tarifas de energia subiram, em média, 7,15% em 2021.

Nesse período, houve forte redução no consumo das famílias, nas vendas no varejo, na formação bruta de capital fixo e na taxa de investimento. Atualmente, mais de 14 milhões de brasileiros estão desempregados, 6 milhões são "desalentados" (desistiram de procurar emprego), 30 milhões são subutilizados, e 40 milhões têm ocupação precária.

Hoje, no Brasil, há mais pessoas fora do mercado laboral do que trabalhando. Estima-se, para 2021, mais 9,1 milhões de brasileiros pobres e 5,4 milhões vivendo na extrema pobreza, na comparação com os números de 2019. No final de 2020 a insegurança alimentar atingia 55,2% da população total – 116 milhões de pessoas. Em 2013, atingia 22,6%.

Assim se vê que a agenda neoliberal para cuja retomada o golpe foi concebido e praticado, só tem promovido ameaças contra o Estado Democrático de Direito. Só contribuiu para desmontar o Estado de bem-estar social, para suprimir direitos trabalhistas e previdenciários, para restringir a capacidade de atuação do Estado e para facilitar a privatização de empresas estratégicas.

A farsa do impeachment, e a narrativa falaciosa que a engendrou, deu voz a uma extrema-direita obscurantista, gerou um Estado autoritário, promoveu o arbítrio e a perseguição política e dividiu a Nação.

AS RESERVAS ACUMULADAS POR LULA E DILMA

Nos próximos artigos detalharemos tais pontos, e demonstraremos com fatos e números, que o Brasil quebrou em 2002. E que o governo do Partido dos Trabalhadores salvou o país, daquela vez. O Brasil só não voltou a quebrar nos governos Temer e Bolsonaro por conta das reservas cambiais acumuladas pelos governos do Partido dos Trabalhadores.

Demonstraremos ainda que a suposta "crise terminal" da economia provocada pelo "populismo" e pelo "desenvolvimentismo irresponsável" não passa de delírio, sem qualquer confirmação em indicadores econômicos e sociais.

Reconstruir e transformar o Brasil impõem-se como imperativos civilizatórios. A história ensina que o Partido dos Trabalhadores, sob a liderança de Lula, e com o apoio dos setores democráticos e progressistas, tem credenciais para outra vez unir o Brasil e salvar os brasileiros, outra vez, da barbárie neoliberal. •

* Doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-UNICAMP).
** Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP)

MAIS UM FEITO: INFLAÇÃO BATE EM DOIS DÍGITOS

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -15 (IPCA-15) acelerou 1,14% em setembro, após alta de 0,89% em agosto, informou na sexta-feira, 24, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta de 1,14% é a maior para um mês de setembro desde o Plano Real, em 1994. Na série para todos meses, a alta foi a maior desse fevereiro de 2016 (1,42%). Em setembro de 2020, o IPCA-15 teve variação de 0,45%.

No resultado acumulado em 12 meses, o IPCA-15 ficou em 10,05% em setembro, ante 9,30% no número registrado até agosto, também em 12 meses. A meta de inflação perseguida pelo Banco Central para 2021 é de 3,75%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

Com alta de 2,85%, a gasolina foi a principal influência para a alta do IPCA-15 em setembro, com impacto de 0,17 ponto percentual no cálculo do indicador total em setembro. Nove de 11 capitais mostraram taxa de inflação mais pressionada entre agosto setembro.

Houve acelerações de preços em Curitiba (de 1,18% para 1,58%); Brasília (de 1,05% para 1,45%); Belém (de 0,85% para 1,33%); Porto Alegre (de 1,01% para 1,32%); São Paulo (de 0,96% para 1,13%); Belo Horizonte (de 0,40% para 1,12%); Rio de Janeiro (de 0,67% para 0,96%); Recife (de 0,76% para 0,95%); e Salvador (de 0,85% para 0,895).Com desacelerações, apareceram Fortaleza (0,86% para 0,68%) e Goiânia (de 1,34% para 0,93%). •

RESISTÊNCIA INDÍGENA

O acampamento em Brasília é a maior mobilização já ocorrida nos últimos 30 anos. A grande maioria dos indígenas repudia o "marco temporal", que o governo e os ruralistas querem impor – pressionando o STF e enviando projetos de lei ao Congresso

Marivelton Barroso Baré* e Marcio Santilli**

O ano de 2021 está sendo marcado por manifestações históricas do movimento indígena. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), manteve, desde o início da pandemia da Covid-19, uma agenda virtual de comunicação e de articulação entre as lideranças indígenas. O Acampamento Terra Livre, tradicional mobilização anual dos índios em Brasília, realizou-se de forma virtual em 2020. Porém, com o avanço da vacinação nas aldeias e o acúmulo de ameaças, delegações indígenas de vários estados vieram a Brasília em junho, em defesa de seus direitos e sem qualquer convocação.

Entre as ameaças destaca-se o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da tese do "marco temporal". Segundo esta interpretação, os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem em sua posse na data da promulgação da Constituição – 5 de outubro de 1988) –, excluindo os que haviam sido expulsos delas durante a ditadura militar. Com o julgamento marcado para o final de agosto, a APIB convocou o acampamento Luta pela Vida, que reuniu na Esplanada dos Ministérios mais de seis mil representantes de 176 povos, de todas as regiões do país.

A prévia imunização foi condição para integrar as delegações. Todos foram testados na chegada a Brasília e no retorno às aldeias. Usaram máscaras e álcool gel, mantiveram distanciamento mínimo entre as barracas e durante as manifestações, e foram assistidos por profissionais de saúde da Fiocruz. A organização foi exemplar.

O julgamento, entretanto, continuou em setembro e a mobilização também, só interrompida pelas manifestações golpistas do 7 de Setembro, mas retomada logo depois. Foi a maior mobilização já ocorrida nos últimos 30 anos, na qual a grande maioria dos indígenas repudiou o "marco temporal", que o governo e os ruralistas querem impor – pressionando o STF e enviando projetos de lei ao Congresso. O julgamento foi suspenso em 15 de setembro por um pedido de vistas e ainda não tem data para retornar à pauta.

Virando o jogo

Além de estar na linha de frente da resistência aos retrocessos do governo Bolsonaro, o movimento indígena prepara sua participação no processo eleitoral de 2022. A eleição da deputada federal Joenia Wapichana (Rede-RR) e a candidatura de Sônia Guajajara, a vice-presidente (PSOL) em 2018, estimularam um aumento de candidaturas indígenas em 2020, tendência que deve continuar em 2022.

OS POVOS INDÍGENAS ESPERAM QUE O PRÓXIMO GOVERNO RECUPERE E FORTALEÇA A SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA, A SESAI

Os povos indígenas se destacam na resistência e reivindicam a sua presença na reconstrução do país. Querem solução para a demarcação das terras que ainda estão pendentes. Para os índios, a terra não é uma questão patrimonial, mas uma condição de vida, de acordo com suas culturas.

Os povos indígenas esperam que o próximo governo recupere e fortaleça a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), assim como outros programas fragilizados pelo atual governo. Exigem, com urgência, que seja retomada a proteção às áreas com presença de índios isolados, assim como a retirada de garimpeiros e outros invasores das terras indígenas.

Os índios e os demais povos da floresta querem que os investimentos do governo na Amazônia considerem as suas necessidades de logística e de infraestrutura, facilitando o acesso aos mercados dos produtos que produzem. Querem dispor de tecnologias digitais e de comunicação à distância, que facilitem a inclusão das suas comunidades. Querem energias limpas, que melhorem a sua qualidade de vida e os livrem da dependência do óleo diesel, que é poluente e consome a sua renda.

E querem mais: que seus territórios e formas de vida sejam considerados em uma estratégia nacional de enfrentamento às mudanças climáticas; que os seus próprios projetos econômicos, compatíveis com a proteção das florestas, sejam apoiados pelas políticas de Estado, em vez de atenderem apenas a interesses de terceiros sobre as terras indígenas. Querem, por fim, participar de relações saudáveis, como o turismo de base comunitária, artesanato, produção agrícola tradicional e não da economia predatória, que a sociedade envolvente terá que superar para sobreviver. •

* Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). ** Filósofo, é sócio-fundador do Instituto Socioambiental (ISA).

Agência Brasil

AUXÍLIO BRASIL: UM ENGODO

Bolsonaro montou armadilha que vai sacrificar os mais pobres. Se aprovar o programa que substituiria o Bolsa Família, o Planalto vai reduzir de 39 milhões para 17 milhões o número de pessoas beneficiadas. Será a maior exclusão da história das políticas sociais num só golpe: 22 milhões de benefícios cancelados

Tereza Campello

Está em vigor desde 9 de agosto a medida provisória editada pelo governo Bolsonaro que extinguiu o Bolsa Família e criou o Auxílio Brasil. Como tudo que vem deste governo, a proposta vem envolta em duas grandes mentiras que, como outras, de tanto serem repetidas, têm sido aceitas como verdade por grande parte da imprensa e inclusive por setores progressistas desatentos. De acordo com o governo, o Auxílio Brasil é o "novo" Bolsa Família "turbinado".

Não é o novo e nem turbinado. Explico. Na prática, a medida provisória substituiu o Bolsa Família por um programa que é o seu oposto. Porque a proposta de Bolsonaro destrói as quatro bases que garantiram ao Bolsa Família se transformar no maior, melhor e mais eficiente programa de transferência de renda do mundo:

1) No lugar do Cadastro Único – ferramenta que permite ao estado conhecer o conjunto de necessidades da família e garantir a sua inclusão na rede de proteção social – está sendo implantado um aplicativo, que, assim como ocorreu no Auxílio Emergencial, será uma barreira aos mais excluídos e vulneráveis, sem internet, smartphone e acesso à informação.

2) O aplicativo, na prática, substitui a rede de assistência social, o SUAS, por um robô e desumaniza a relação do cidadão com o Estado. É o fim do acolhimento, da identificação das desproteções, da orientação para o acesso ao conjunto de serviços e dos direitos.

3) Elimina a parceria e a cooperação com os municípios, o que assegurou, ao longo da história do Bolsa Família, a abrangência, a escala e ao mesmo tempo a ação compatível com as diversidades no território.

4) Acaba com o desenho simples do Bolsa Família e coloca no lugar um modelo complicado,

cheio de penduricalhos (são nada menos que nove tipos de "bolsa"), de forma açodada, sem pactuação com executores e sem tempo para ser implantado, ampliando a insegurança e os custos de operação do programa.

Comparar o Auxílio Brasil ao Bolsa Família não é um erro de marketing, de quem apenas pretende trocar o nome do bem sucedido programa e apagar as digitais do Lula e do PT. Na verdade, o que pretendem é esconder o central: Bolsonaro não aumentará o Bolsa Família. Reduzirá o auxílio emergencial.

Esse benefíciuo alcançava 86 milhões de beneficiários quando foi lançado em abril de 2020, caiu para 60 milhões, depois para 50 milhões, além de sair de R$ 600 – o valor de uma cesta básica – para R$ 300. Atualmente, 39 milhões de benefícios são concedidos variando de R$ 150 à R$ 375. O custo mensal atual é de R$ 11 bilhões.

Se aprovar o Auxílio Brasil, o número de beneficiários cairá de 39 para 17 milhões. A maior exclusão da história das políticas sociais num só golpe: 22 milhões de benefícios cancelados. 22 milhões de pessoas com renda zero! Se o valor médio do programa de Bolsonaro ficar em R$ 300, como anunciado, será uma economia de R$ 6 bilhões por mês. O custo mensal cairá de R$ 11 bilhões para R$ 5 bilhões. Não é só o nome e não é só a politicagem barata. É redução de gastos com o povo. É, mais uma vez, prioridade ao fiscal!

E digo "se" porque, até hoje, os valores que serão pagos pelo Auxílio Brasil são completamente desconhecidos. O que de quebra torna a medida provisória inconstitucional, por não apresentar o impacto orçamentário e nem a fonte que lhe daria cobertura.

O governo patina para tentar apresentar uma proposta que aplaque sua vertiginosa queda de popularidade, proporcione uma vitrine eleitoral e, ao mesmo tempo, permita mostrar, ao mercado, que continua priorizando controle de gastos. A saia justa é que é necessário implantar o Auxílio Brasil ainda este ano, pois não se pode criar programa novo em ano eleitoral, por vedação da lei.

Qualquer das soluções apresentadas para abrir espaço fiscal, a exemplo do aumento do IOF já anunciado e das pedaladas dos precatórios pretendidas, viabiliza apenas parcialmente o Auxílio Brasil em 2021 e 2022. O programa não é sustentável, até porque este governo já mostrou que seu compromisso com a vida das brasileiras e brasileiros só dura enquanto há interesse eleitoral.

SE O VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO FICAR EM R$ 300, SERÁ UMA ECONOMIA DE R$ 6 BILHÕES POR MÊS. O CUSTO MENSAL CAIRÁ DE R$ 11 BILHÕES PARA R$ 5 BILHÕES

Não cabe vacilos! Temos que denunciar o Auxílio Brasil sem receio. Não se trata de uma posição mesquinha de defender "a marca do PT", mas sim de defender um patrimônio do País. O Bolsa Família se tornou um programa de Estado. Tem garantido renda e dignidade a milhões de brasileiros, e nos permitiu sair do Mapa da Fome, reduzir em 60% a mortalidade infantil causada por desnutrição, garantir crianças e jovens na escola, dentre centenas de outros ganhos comprovados em mais de 100 mil estudos independentes feitos ao redor do mundo. Os governos Lula e Dilma nunca deixaram de pagar o benefício um único mês. O programa é reconhecido por amplos setores no Brasil e no mundo.

Para enfrentar os novos desafios, o Bolsa Família precisa de três alterações:

1) os valores dos benefícios devem ser atualizados e ampliados para patamares compatíveis com o necessário enfrentamento à fome e à gigantesca crise social que vivemos;

2) ter a cobertura ampliada, garantindo que milhares de famílias que caíram na pobreza antes e durante a pandemia encontrem proteção de renda;

3) assegurar em lei as regras de atualização tanto do valor quanto dos critérios de ingresso para que não ocorra perda do poder de compra e acúmulo de famílias em fila de espera.

Uma proposta para dar conta destes desafios já foi apresentada ao Congresso Nacional pelo PT e a oposição há mais de um ano: é o programa Mais Bolsa Família.

A hora é de ação. Temos que parar de repetir que o Auxílio Brasil é o novo Bolsa Família turbinado e que estão mudando o nome para tirar a marca do PT. Não é apenas uma mudança de nome! Temos que denunciar que estão trocando um programa que funciona de forma eficaz há 18 anos por algo incerto, eleitoreiro, e que não tem garantia alguma de que estará de pé em 2023. Devemos agir não para defender a principal marca dos governos do PT, mas para defender o direito da população à proteção de renda. •

Economista, foi ministra do Desenvolvimento Social nos governos Dilma Rousseff (2011-2016)

Agência PT

MARTVS CHAGAS: "A população mais prejudicada é a população negra"

A NOSSA VERGONHOSA DESIGUALDADE

Negros e negras representam 70% de quem vive com até um salário mínimo – R$ 1,1 mil – no Brasil. É o que mostra levantamento elaborado pelo IDados

Um estudo revela que mais da metade dos brasileiros vive com somente um salário mínimo e que essa parcela significativa da população é negra. De 30,2 milhões de pessoas no Brasil, pelo menos 20 milhões são de trabalhadores negros ou negras que recebem até R$ 1.100.

O levantamento do IDados, realizado com base em informações do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), afirma que atualmente há 46 milhões de pessoas negras ocupadas no mercado de trabalho.

Representantes de mais de 54% da população no Brasil, os negros e negras que recebem um salário mínimo também não conseguiram estudar. A pesquisa aponta que 69,2% não tiveram acesso à escolaridade.

Para o secretário Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores (PT), Martvs Chagas, o levantamento só reforça o racismo estrutural do país.

"O levantamento demonstra mais uma vez o que nós, militantes do movimento negro e dos partidos progressistas, temos repetido desde o começo da pandemia: que a população mais prejudicada é a população negra", adverte.

"A questão se torna ainda mais nítida sobre o caráter racista do problema econômico, quando se percebe que, mesmo com escolaridade superior – que é minoria –, a população negra ainda é a que tem a menor remuneração. Não podemos aceitar o retrocesso que esse desgoverno trouxe para o país, mas principalmente para o povo pobre e preto", ressalta Martvs Chagas.

Outro dado da pesquisa aponta que, entre as pessoas negras com ensino superior completo, 13,4% recebem um salário mínimo. Em 2012, esse percentual era de 8,9%. Isso significa que mesmo os que se graduaram continuam a receber salários baixíssimos.

O levantamento foi elaborado a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do segundo trimestre de 2021. •

COVID AFETA MAIS A POPULAÇÃO NEGRA

Uma pesquisa conduzida em São Paulo sobre os efeitos do coronavírus na população mostra que negros estão mais sujeitos a contrair a doença do que brancos. De acordo com o levantamento, a população negra é infectada 2,5 vezes mais pelo vírus do que a de brancos. Para chegar a essa conclusão, foram colhidas amostras de sangue, entre os dias 15 e 24 de junho, de 1.183 pessoas, todos maiores de 18 anos, em 115 regiões do município. Os números revelam que 19,7% dos participantes que se identificam como negros possuem anticorpos contra a Covid-19. O percentual, no entanto, caiu para 7,9% entre os que se declararam brancos.

O estudo foi conduzido pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com apoio do Instituto Semeia e participação do Laboratório Fleury e Ibope Inteligência. Ao utilizar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para separar as regiões com maior e menor renda, o estudo, que está na segunda fase, escancara a gritante desigualdade social no país. O abandono das populações carentes pelo governo federal, verificado pelos índices sociais antes mesmo da pandemia, preparou o terreno para a catástrofe atual.

Ao coletar os dados, os pesquisadores verificaram que a infecção pelo coronavírus é menor em áreas onde moradores possuem maior escolaridade. O número de infecções é, por exemplo, 4,5 vezes maior em pessoas sem ensino fundamental completo, se comparada com os que terminaram o ensino superior: 22,9% e 5,1%, respectivamente.

TUDO PELO SOCIAL Benefícios às famílias pobres são parte do pacote de estímulo de Joe Biden de US$ 1,9 trilhão

CAI A POBREZA INFANTIL... NOS EUA

A América está reduzindo a desigualdade de renda e dando esperança de um futuro. O governo Biden criou um Bolsa Família que garante US$ 300 mensalmente a cada filho com até 6 anos

The Economist

Parecia uma promessa exagerada quando o presidente Joe Biden prometeu, em julho, supervisionar "a maior redução de pobreza infantil de todos os tempos na história dos Estados Unidos". No final do ano, entretanto, ele provavelmente estará correto. Modelos recentes de estudiosos da Universidade de Columbia estimam que em julho a pobreza infantil era 41% menor do que o normal.

Os Estados Unidos há muito toleram uma taxa anormalmente alta de pobreza entre crianças em relação a outros países avançados – dependendo de como ela é medida, algo entre uma em cada seis ou uma em cada cinco crianças contadas como pobres. A razão pela qual não é misteriosa.

A rede de segurança sempre foi mais tênue para os mais jovens do país: os Estados Unidos gastam modestos 0,6% do PIB em benefícios para crianças e famílias, em comparação com a média da OCDE, de 2,1%. O que aconteceria se isso mudasse? A enxurrada de dinheiro que o Congresso disponibilizou para amortecer as consequências econômicas do Covid-19 foi um experimento.

Sob o status quo, os pesquisadores – Zachary Parolin, Sophie

Collyer, Megan Curran e Christopher Wimer – calculam que a taxa de pobreza infantil teria sido de 20% em julho. Por causa de algumas novas políticas de alívio, como os resgates às empresas, os cheques de estímulo emitidos para a maioria das famílias e benefícios de desemprego mais generosos, essa taxa caiu para cerca de 16%.

Mas a redução mais significativa foi causada por um crédito tributário infantil mais generoso, que foi reformulado para se parecer muito mais com os esquemas de abono de família usados em outros países. Por um lado, os créditos estão sendo pagos mensalmente, em vez de quando as famílias apresentam seus impostos anuais – como é o caso do crédito de imposto de renda que subsidia salários para americanos da classe trabalhadora, ou a dedução de juros de hipotecas que subsidia o estilo de vida suburbano da classe média alta.

Os cheques também são mais generosos do que antes: os pais de crianças pequenas recebem US$ 300 por mês, enquanto aqueles com filhos com mais de 6 anos recebem US$ 250. Esses pagamentos, aprovados como parte do estímulo de Biden de US$ 1,9 trilhão, começaram apenas em julho. Mas em apenas um mês eles tiveram um grande efeito. A taxa de pobreza infantil caiu de 15,8% em junho para 11,9%, representando um declínio de 3 milhões de crianças americanas vivendo na pobreza.

Esse é um começo encorajador para o lançamento de talvez a política anti-pobreza mais importante em uma geração. E há indícios de que o dinheiro está sendo gasto com as necessidades básicas, não apenas economizadas. Pesquisas do Census Bureau mostram que a maioria das famílias afirma que está gastando os novos fundos em roupas, alimentos, habitação e serviços públicos, em vez de pagar dívidas ou aumentar a poupança. Também parece haver alguns efeitos mensuráveis nas adversidades. O número de famílias com crianças que relataram não ter comida suficiente na semana anterior caiu substancialmente após o início do primeiro pagamento – passando de 13,7% para 9,5%.

Isso não significa que o lançamento tenha sido perfeito. Para reduzir as barreiras administrativas, os créditos devem fluir automaticamente da Receita Federal para as contas do banco da família. No entanto, uma minoria significativa de famílias americanas não apresentou declarações de imposto de renda nos últimos dois anos – o que significa que crianças qualificadas estão perdendo a chance. "O alcance tem sido bastante limitado de nossa perspectiva", diz Tyler Hall da GiveDirectly, uma instituição de caridade. Ele observa que uma tentativa – uma mensagem de vídeo do Sr. Biden postada no Twitter – dificilmente alcançará muitas das famílias desaparecidas. Aproximadamente metade dos americanos que ganham muito pouco para apresentar declarações de impostos federais não possuem um computador; e um quinto carece das contas bancárias necessárias para receber os pagamentos em primeiro lugar.

O Departamento do Tesouro criou um portal online para permitir que essas famílias se inscrevam para os benefícios. Para começar, era um site desajeitado que não podia ser lido em espanhol ou facilmente navegável em telefones celulares. Nenhum fundo dedicado foi reservado para "navegadores" para encontrar essas famílias difíceis de alcançar e inscrevê-las.

Getty Images

DESIGUALDADE Nos EUA, graças aos generosos cheques do governo, o número de famílias que relataram não ter comida caiu de 13,7% para 9,5%

A TAXA DE POBREZA INFANTIL CAIU DE 15,8% EM JUNHO PARA 11,9%. SÃO 3 MILHÕES DE CRIANÇAS AMERICANAS A MENOS VIVENDO NA POBREZA

Al Drago / Abaca Press

ESTÍMULO A decisão política de combater a pobreza na América levou o presidente Joe Biden a garantir cheques a pelo menos 67,6 milhões de crianças

Um alto funcionário da Casa Branca reconhece essas críticas, mas aponta que a Receita tinha apenas alguns meses depois que o Congresso promulgou a política para estabelecer pagamentos, e que a taxa de cobertura para a maioria dos programas anti-pobreza está abaixo de 100%. Acredita-se que cerca de 67,6 milhões de crianças sejam elegíveis.

No mês de agosto, porém, o Departamento do Tesouro estimou que fez pagamentos por 61 milhões de crianças. Isso ainda representou um aumento de cerca de 1,6 milhão em relação aos pagamentos de julho – uma sugestão de que a divulgação até agora foi modestamente bem-sucedida.

Um site mais feito pela Code for America, um grupo de boa governança, foi lançado desde então. A estratégia futura será tripla, diz o funcionário: incentivar as famílias a declarar impostos, se possível; tentar matriculá-los cruzadamente ao se inscrever em outros programas federais, se não; e solicitar ao Congresso que aloque mais fundos para que os navegadores auxiliem na inscrição de pessoas.

Organizações privadas e filantropos que tentaram espalhar a palavra notam algumas dificuldades intratáveis. Famílias com status misto – pais indocumentados com filhos cidadãos que se qualificam – são especialmente relutantes. Elizabeth Gonzalez, que bateu em portas no sudoeste de Detroit para espalhar a palavra sobre o crédito, observa que muitas dessas famílias temem que receber os fundos prejudique suas chances de obter documentos de residência.

A lacuna de cobertura atenua o potencial de combate à pobreza do programa. Se o plano conseguiu atingir algo próximo da cobertura total, os pesquisadores de Columbia estimam que a proporção de crianças que vivem na pobreza poderia cair ainda mais, para menos de 10% (e menos da metade da taxa de status quo). Essas reduções se acumulariam desproporcionalmente entre as crianças negras e hispânicas – que têm maior probabilidade de se qualificar para os pagamentos, mas não os receberão. Com a cobertura total, a pobreza das crianças negras cairia de sua estimativa atual de 18,4% para 13,6%; para crianças hispânicas de 16,8% a 14,1%. Um programa aparentemente neutro em relação à raça teria grandes efeitos nas disparidades raciais se implementado de forma mais robusta.

Todo esse progresso está programado para ser limitado no tempo, no entanto. Os democratas no Congresso concordaram em implementar os pagamentos aprimorados apenas por um ano. Todas as prioridades legislativas de Biden estão em processo de serem transformadas pelo Congresso em um mega pacote que custa trilhões. O futuro do crédito ampliado repousará nessas delicadas negociações.

A proposta da Casa Branca é continuar os pagamentos até 2025, mas não torná-los permanentes. O custo de fazer isso seria de US$ 100 bilhões por ano, ou 0,45% do PIB, que é menos do que a quantia gasta ao permitir que os ganhos de capital sejam tributados a taxas preferenciais, ou a quantia gasta para subsidiar planos privados de seguro saúde.

O fato de o presidente poder dividir os cabelos em talvez seu maior sucesso é o resultado de um dilema auto-imposto. O Sr. Biden está ansioso para apresentar seu plano como totalmente pago, sem aumentar os impostos sobre as famílias que ganham menos de US$ 400.000 por ano.

Michael Bennet, um senador democrata do Colorado que defende a política há anos, está defendendo a permanência imediata. "Ter uma rede de segurança para crianças no país e tirar um monte de crianças da pobreza é um passo importante. E é um reconhecimento de que os Estados Unidos da América não precisam aceitar uma das maiores taxas de pobreza infantil do mundo industrializado como uma característica permanente de nossa democracia e nossa economia", diz. As chances de que as coisas voltem ao velho normal logo se tornarão impensáveis, avalia Bennet. "Eu ficaria muito surpreso se o crédito tributário infantil não se tornasse permanente... Acho que vai ser extremamente popular entre o povo americano". •

A SEMANA NA HISTÓRIA

24 a 30 de Setembro

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

CORREIO DA MANHÃ — Sexta-feira, 1 de Outubro de 1937

As instrucções do Komintern para a acção dos seus agentes contra o Brasil

O tenebroso plano foi apprehendido pelo Estado-Maior do Exercito

O Estado Maior do Exercito apprehendeu os planos de acção organizados pelo Komintern para orientação dos seus agentes no Brasil.

Trata-se de uma série de instrucções destinadas a preparar e levar a effeito um golpe communista conforme se verá do resumo que a seguir divulgamos:

Vejamos.

governos provindos ou não de eleições".

As reivindicações proletarias

Entram agora no campo do proletariado. As reivindicações violentas dizem elles, não dão resultado" "porque a maioria dos operarios é de gente pacifica, temerosa de conflictos e não adextrada na

dacções dos jornaes antipathicos e consequentes empastelamentos.

Nos bairros as "massas deverão ser conduzidas aos saques e ás depredações, nada poupando para augmentar cada vez mais a sua excitação que deve ser mesmo conduzida a um sentido nitidamente sexual afim de attrahil-as com facilidade; convencidos de que todo aquelle luxo que os ro-

30 de setembro de 1937

GOVERNO E EXÉRCITO FORJAM O PLANO COHEN

O governo Vargas anuncia a descoberta do Plano Cohen, pelo qual os comunistas pretendem atacar o país, incendiar prédios públicos, promover fuzilamentos, greve geral, saques e desordem. O plano supostamente teria sido elaborado pela 3ª Internacional Comunista ("Komintern"). Documento chega às mãos de Getúlio depois de circular pelos quartéis.

Mas era tudo mentira. O Plano Cohen, anunciado pelo governo como se fosse uma grave ameaça ao país, fora arquitetado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, organizador das milícias da Ação Integralista Brasileira e lotado no setor de inteligência do Estado-Maior do Exército.

Tratado como verdadeiro, o "plano" foi divulgado pelo programa radiofônico oficial com o intuito de reacender a histeria anticomunista e preparando a opinião pública para aceitar uma ditadura – o que não demoraria a acontecer.

19 de setembro de 1948

73 ANOS DO NASCIMENTO DO ADVOGADO E DEPUTADO FEDERAL JOSÉ MENTOR

José Mentor Guilherme de Melo Netto desde cedo se engajou na política. E foi no movimento estudantil que ajudou a erguer o "Centro Acadêmico 22 de Agosto", na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e a reconstruir a União Estadual dos Estudantes (UEE-SP) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) durante a ditadura, época em que as entidades estudantis não podiam existir e tinham que se organizar de forma clandestina. Ele chegou a ser preso no Congresso de Ibiúna (SP), em 1968. E preso em janeiro de 1969, por militar no movimento estudantil em oposição a ditadura. Foi um dos fundadores do PT e dedicou toda sua vida pública e profissional à defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro. Foi um parlamentar atuante e combativo ao longo de quase 30 anos na Câmara de Vereadores de São Paulo, na Assembleia Legislativa de São Paulo e na Câmara dos Deputados, em Brasília. Faleceu em 2020, aos 71 anos, vítima da Covid-19.

25 de setembro de 1956

OBRA DE TOM E VINÍCIUS: ORFEU E EURÍDICE NO MORRO

Entra em cartaz, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, "Orfeu da Conceição", história da mitologia grega adaptada para as favelas cariocas, em parceria inédita do poeta Vinícius de Moraes com Tom Jobim. O protagonista é um sambista negro. Na leitura de Vinícius, Orfeu, filho de um músico e de uma lavadeira, apaixona-se por Eurídice. A paixão desperta o ciúme e a ira de Mira, sua ex-namorada, que manipula Aristeu, apaixonado por Eurídice, a matá-la. Numa terça de Carnaval, Orfeu desce o morro à procura de Eurídice – uma alusão à descida ao Inferno do mito original. De volta à favela, Orfeu é morto.

30 de setembro de 1982

UNE ESCOLHE A SUA PRIMEIRA PRESIDENTA

O 34º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Piracicaba (SP), elege pela primeira vez uma mulher, Clara Araújo, para a presidência da entidade. O congresso foi monitorado pela repressão. A Operação Pira, cujos registros permaneceram nos arquivos do Dops, foi montada especificamente para fazer a "vigilância" do evento, com agentes infiltrados entre os participantes.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br

Memorial da Democracia

29 de setembro de 1992

IMPEACHMENT É TESTE PARA A DEMOCRACIA

Por 441 votos a 38, o plenário da Câmara aprova a abertura do processo de impeachment de Fernando Collor de Mello. O presidente é afastado de suas funções por 180 dias, prazo para a conclusão do processo a ser conduzido pelo Senado, conforme previsto na Constituição.

A decisão da Câmara resultou do relatório da CPI que apurou denúncias de Pedro Collor de Mello, irmão do presidente. Ele revelara a existência de um esquema de cobrança de propinas e desvio de recursos públicos comandado por Paulo César Farias, ex-tesoureiro da campanha de Collor, dentro do governo. A CPI concluiu que o presidente estava envolvido em crimes comuns e de responsabilidade.

As revelações da comissão haviam causado grande indignação na população. Os presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcelo Lavènére, haviam apresentado ao presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, um pedido de abertura de processo de impeachment contra o presidente. A União Nacional dos Estudantes (UNE) convocou grandes manifestações em que jovens saíram às ruas de caras pintadas. Acuado, Collor conclamou o povo a defendê-lo, saindo às ruas de verde e amarelo num domingo, às vésperas da votação do relatório da CPI. As multidões responderam vestindo roupas pretas.

Collor seria levado a julgamento pelo Senado em 29 de dezembro, data em que foi aprovado o seu impeachment, com a perda do mandato presidencial e a suspensão dos seus direitos políticos por oito anos.

Olimpio

MELODIA, 70

Se estivesse presente nesses tempos bicudos, o genial negro gato continuaria fazendo arte e levando amor e música a todos. A obra do poeta inquieto, nascido no morro de São Carlos, permanece viva

Alberto Cantalice

Meu nome é ébano, venho te felicitar sua atitude; espero de te encontrar com mais saúde... Eu grito ébano, o couro que me cobre a carne não tem planos, a sombra da neurose te persegue há quantos anos? No Rio de Janeiro estão te sacando, no Centro da Cidade vão te avermelhando".

Foi a partir do vigor desse canto negro, que surgiu no cenário artístico e musical o jovem Luiz Carlos dos Santos, morador do morro de São Carlos, no Rio de Janeiro. Filho do compositor e músico Oswaldo Melodia, nascido no Morro de São Carlos, no bairro do Estácio, no Rio, em 7 de janeiro de 1951, veio a herdar do pai, além do gosto pelo samba, o apelido.

Amigo do artista plástico Hélio Oiticica (1937-1980), do poeta e produtor musical Wally Salomão (1943-2003 e do também poeta e tropicalista Torquato Neto (1944-1972), Luiz Melodia foi apresentado por ambos a Gal Costa, que trabalhava na feitura de um no show, dirigido por Wally, e fascinada pela música "Pérola Negra, a incorporou a seu repertório.

Foi, no entanto a partir de sua apresentação no Festival Abertura, da Rede Globo, em 1975, onde concorreu com a canção "Ébano" interpretada pelo autor e que conseguiu chegar às finais, que Melodia começou a ter sua figura conhecida do grande público.

"Se alguém quer matar-me de amor, que me mate no Estácio. Bem no compasso, bem junto ao passo, como passista da Escola de Samba do Largo Estácio... Estácio acalma os sentidos dos erros que eu faço. Trago não traço, faço não caço o amor da morena maldita domingo no espaço. Fico manso amanso a dor Holliday é um dia de paz. Solto o ódio, mato o amor, Holliday eu já não penso mais".

Gravada por Maria Bethania, "Estácio, Holly Estácio" virou um sucesso estrondoso nas rádios de todo o país. Catapultado ao cenário como uma das grandes revelações da MPB dos efervescentes anos de 1970, Melodia gravou seu primeiro álbum "Pérola Negra", em 1973, e iniciou a trajetória de um dos mais prolíficos autores da então nova geração musical, sem, no entanto, conseguir se desvencilhar do rótulo de "maldito".

Reconhecidamente uma das vozes mais marcantes da Música Popular Brasileira, Melodia correu o país de ponta a ponta em shows memoráveis. Eclético, foi um mestre no rock, no blues, e no samba. Sua versatilidade musical transbordou o território levando-o a se apresentar em diversos países: Suíça, onde fez apresentação retumbante no famoso de Festival de Montreux, apresentando-se para um grande público, além da França.

Engajado nas causas populares, participou de várias apresentações apoiando o MST e a luta pela Anistia. Fez diversas shows nas campanhas presidenciais de Lula, de quem se dizia eleitor. Em 2015, foi agraciado no 26º Prêmio da Música Brasileira na categoria Melhor Cantor de MPB.

O grande e inesquecível Luiz Melodia nos deixou em 2017, aos 66 anos. Recentemente, foi lançado o documentário "Todas as Melodias", dirigido pelo cineasta Marcos Abujamra, que traça em paralelo a imagens de Melodia em shows e nas origens no Morro de São Carlos, com shows pelos palcos brasileiros e turnê internacional, entremeados com depoimentos de sua companheira de 40 anos de estrada, Jane Reis, e de artistas, como Jards Macalé e Zezé Motta.

O documentário foi apresentado pelo Canal Curta e continua disponível para todos que querem assistir. Luiz Melodia vale a pena. Sempre valerá! •

ROCKABILLY FOREVER

O primeiro disco do trio americano Stray Cats faz 40 anos. Um sopro de paixão e inocência no velho rock and roll. À frente da banda, Brian Setzer se revelou um dos grandes discípulos de Elvis e Carl Perkins

Olímpio Cruz Neto

Quando a música pop estava virando uma instituição rabugenta e os deuses do rock, flácidos e moribundos, um trio redescobriu os prazeres e a inocência dos velhos tempos. Em 1981, os Stray Cats – "gatos de rua" –, saíram da cena de Nova York para ganhar o mundo e surpreenderam a velha Inglaterra ao lançarem o disco homônimo, produzido pelo próprio trio e o grande Dave Edmunds.

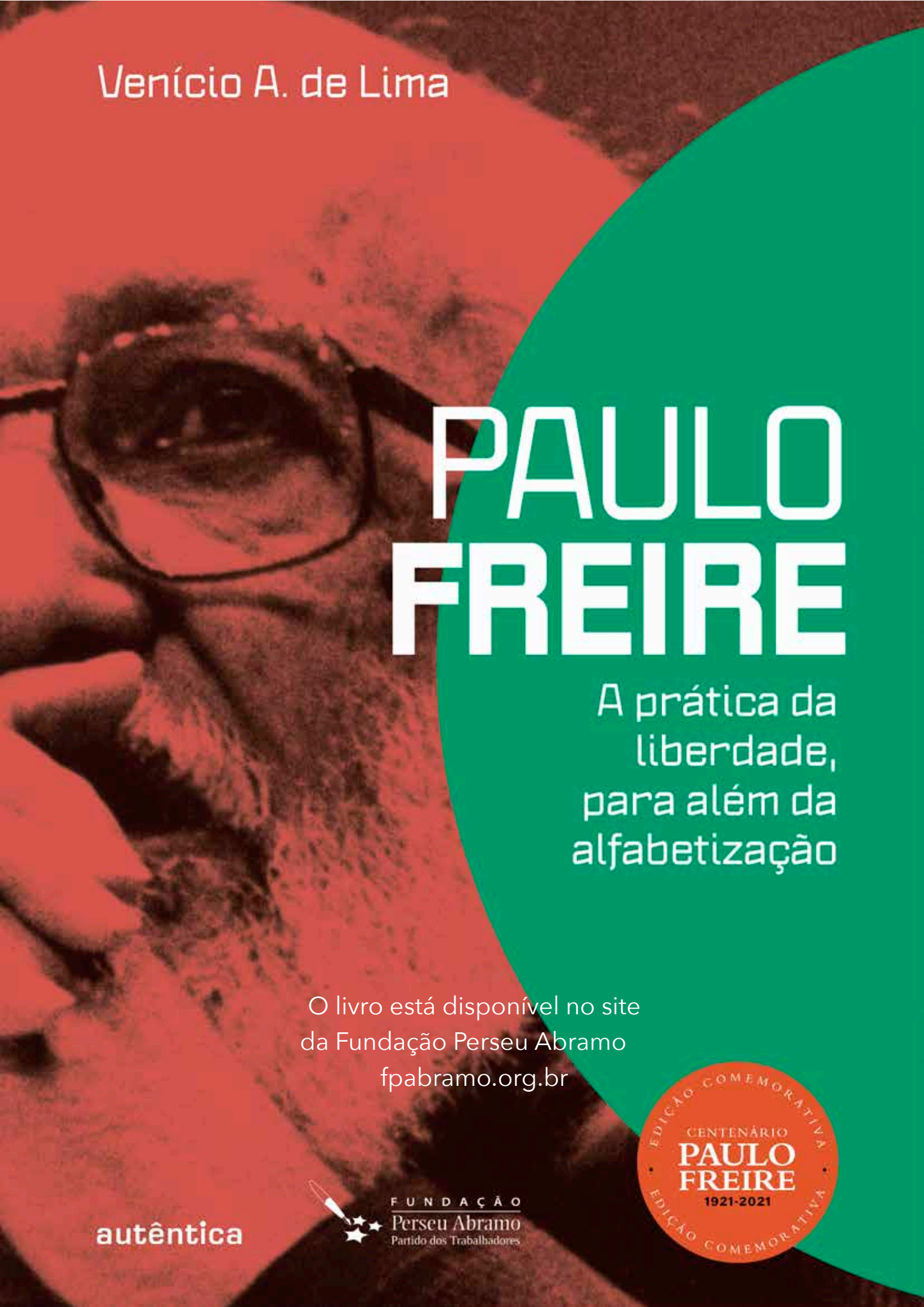
O álbum é uma coleção de grandes hits, endiabrados, dançantes e absolutamente sensacionais. Os Stray Cats reinvocaram os áureos tempos e a simplicidade do rock, o espírito de festa e o descompromisso dos primeiros anos deste velho ritmo, que já tem 70 anos, mas é talvez o último grande gênero da música a se reinventar a cada 20 anos.

O disco jamais foi lançado nos Estados Unidos e contém canções clássicas como "Runaway Boys", "Rock This Town" (No. 9) e "Stray Cat Strut" – uma pulsante e candente aula de walkin bass absoluto, pulsante, sensual e profundamente surpreendente, enquanto Setzer grita, como se fosse um gato Manda-Chuva: *"Cantando o blues enquanto as gatas fêmeas choram/ 'Gato de rua selvagem, você realmente é um cara que não se prende a ninguem'/ Eu queria poder ser tão livre de cuidados e selvagem/ Mas eu tenho classe de gato e eu tenho estilo de gato"*.

O Hall da Fama do Rock posteriormente listou "Rock This Town" como uma das "500 músicas que deram forma ao Rock and Roll". Os caras sabiam fazer você se chacoalhar: *"Bem, eu e minha neném saímos sábado à noite/ Eu tava com meu cabelo penteado pra cima e minha gatinha tava bacana/ Baby, te pego às dez, tenho que te deixar em casa às duas/ Mamãe não sabe o que te espera. Tá tudo bem, porque estamos os mais bacanas possível/ Eu achei um lugarzinho nada mal/ Vou pegar um uísque com gelo e um trocado para o jukebox/ 25 centavos na máquina, mas só o que tocava era disco/ Vamos, gatinha, vamos dar o fora daqui"*. Uma crônica sobre quem curte a vida.

O trio também sabia falar de problemas atuais. O álbum contém "Storm the Embassy", sobre a crise de reféns na embaixada dos Estados Unidos em Teerã, no Irã, em 1970: *"Quinze homens capturados em uma terra estrangeira hostil/ Sol escaldante brilhando em quilômetros e quilômetros de areia/ Um país do Oriente Médio sendo governado/ Por um homem que pensa que é divertido/ Manter nosso povo de reféns/ Para um Xá que está em fuga… Acho engraçado/ Liberdade leva dinheiro/ É uma pena e azar/ Bem, isso é uma bela merda/ Cara, não é divertido/ Ataque a embaixada iraniana/ Antes que comecem a atirar em você e eu… Ei!"*

O álbum é um tributo. Pense em qualquer um dos grandes da era de ouro – Elvis Presley, Fats Domino, Gene Vincent, Little Richard, Carl Perkins, Chuck Berry… Estão todos lá, em cada sulco do vinil e nas entranhas de Brian Setzer (guitarra e voz), Slim Jim Phantom (bateria) e Lee Rocker (baixo). Se você quer saber para que serve o rock, aqui está a resposta: para dançar. •


Venício A. de Lima
PAULO FREIRE
A prática da liberdade, para além da alfabetização
O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br
EDIÇÃO COMEMORATIVA
CENTENÁRIO
PAULO FREIRE
1921-2021
EDIÇÃO COMEMORATIVA
FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores
autêntica

BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO

SANDRA BRANDÃO | (ORG.)
APRESENTAÇÃO | DILMA ROUSSEFF
PREFÁCIO | ALOIZIO MERCADANTE

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

PT
Partido dos Trabalhadores

OUTRO MUNDO É PRECISO
OUTRO BRASIL É NECESSÁRIO

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores